

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

FORMAÇÃO DO COMITÊ NORTE-RIO-GRANDENSE PELA ANISTIA, ANO 1979.



Jornal Tribuna do Norte, 15/08/1979.

RODRIGO TORRES DE MORAIS

NATAL
2008

RODRIGO TORRES DE MORAIS

FORMAÇÃO DO COMITÊ NORTE-RIO-GRANDENSE PELA ANISTIA, ANO 1979

Monografia apresentada á
disciplina pesquisa histórica II, do
Curso de História da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte,
sob orientação do Professor
Doutor Henrique Alonso.

**NATAL
2008**

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos aos depoentes, Florizel de Medeiros, Ivanilton Passos e Mery Medeiros colaboradores para a realização deste trabalho. Ao professor orientador Henrique Alonso Pereira pela paciência, apoio, e ajuda na elaboração deste trabalho. A professora Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva, pelo grande auxílio ao longo de todo o curso e pela motivação para a sua conclusão. A minha Mãe Tecla Paulo Torres, minha avó, Antonia Paulo Torres e namorada Carla Barbosa, todas elas sempre apoiaram, sempre estiveram do meu lado dando força, carinho e tentando motivar-me na conclusão de meu curso de História, fica aqui meu registro para todas essas pessoas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
CAPÍTULO 1.....	11
1.1 ANISTIA NA ANTIGUIDADE:.....	12
1.2 ANISTIA NO IMPÉRIO BRASILEIRO:	16
1.3 ANISTIA NA 1ª REPÚBLICA:.....	17
1.4 ANISTIA NA 2ª REPÚBLICA:.....	21
1.5 ANISTIA NOS ANOS DE 1970 A 1980:.....	24
CAPÍTULO 02.....	27
2.1 GOLPE DE 1964:.....	27
2.2 DITADURA MILITAR:.....	30
2.3 EXILADOS, DESAPARECIDOS E ASSASSINADOS PELA DITADURA:.....	35
2.4 VIDA NO BRASIL: Militantes, Formação do Comitê Nacional Pela Anistia.....	40
CAPÍTULO 03.....	43
3.1 O BRASIL E NATAL PÓS-64:.....	43
3.2 AS PRIMEIRAS REUNIÕES:.....	50
3.3 OS INFILTRADOS:.....	53
3.4 REUNIÕES NA SEDE DA OAB NATAL:.....	54
3.5 ATO DE LANÇAMENTO NA CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL:.....	55
CONCLUSÃO.....	59
BIBLIOGRAFIA	
FONTES	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

A pesquisa gira em torno do tema: a Ditadura Militar no Brasil. Conceitos universais como Liberdade e Democracia, herdados da Grécia Antiga foram retirados das mãos dos cidadãos brasileiros de forma brutal. Como se não bastasse, o povo brasileiro ainda teve que enfrentar anos de terrorismo ideológico, perseguições políticas e/ou militares; o exílio foi uma alternativa para aqueles que não quiseram ficar na clandestinidade dentro do país; a tortura para os “heróis” que resolveram ficar e lutar contra um regime opressor, ditatorial, violento e perverso contra aqueles que lutavam por seus ideais. Direitos que haviam sido garantidos poucos anos antes com a Declaração Universal dos Direitos Humanos – 1948. Todavia, os militares parecem não ter tido conhecimento sobre documento de tão grande valor e importância para a História da Humanidade.

A pesquisa fará os caminhos percorridos pelos valores – Liberdade e Democracia – durante o período da Formação do Comitê Norte-Rio-Grandense pela Anistia no Rio Grande do Norte –1978 e 1979 – recorte temporal deste trabalho. Dentro deste recorte, discutiremos: as reuniões clandestinas realizadas em Natal, seus membros, suas ações junto aos presos políticos e seu processo até o lançamento do Comitê local pela Anistia na Câmara Municipal. Corresponde a um período pequeno, contudo, de valor inestimável para todo um país que viveu por duas décadas preso em si mesmo, por um grupo de indivíduos que mancharam a História Nacional com tortura, assassinatos, perseguições e banimento de cidadãos brasileiros.

A pesquisa esta contida num dos campos mais complexos, a História Política. Sua problemática e objetivos encontram-se inseridos na noção de “poder”, espaço bastante amplo e antagônico dentro da História. Nesse sentido, teremos de um lado aqueles antigos enfoques da História Política tradicional que, apesar de terem sido rejeitados pela historiografia mais moderna a partir dos anos 1930, nas últimas décadas do século XX retornaram com um novo sentido.¹ O enfoque dado à pesquisa não será dos grandes atores

¹ BARROS, José D'Assunção. **O campo da história:** especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 107.

da Ditadura Militar, mas sim daqueles que lutaram contra ela, ou seja, uma História vista de Baixo ². O trabalho discutirá a formação do comitê pela anistia usando depoimentos de membros que estiveram presente desde as suas primeiras reuniões clandestinas na cidade do Natal até o Lançamento do Comitê na Câmara Municipal de Natal.

Uma das abordagens usadas no projeto de pesquisa será a História Oral. Sobre essa abordagem, Barros comenta que a História Oral remete a um dos caminhos metodológicos oferecidos pela História, e não a um enfoque, a um caminho teórico ou a um caminho temático. ³ Tal abordagem será de grande importância no preenchimento de lacunas, como também poderá revelar aspectos que em documentos não estejam tão explícitos.

Entre os entrevistados, militantes que atuaram diretamente na formação do Comitê Norte-Rio-Grandense pela Anistia: Ivanilton Passos de Oliveira (economista do IBGE Natal), Florizel de Medeiros Júnior (Bancário da Caixa Econômica Federal) e Mery Medeiros ex-membro da Liga Camponesa (hoje, Presidente da Associação dos Anistiados do Rio Grande do Norte).

A referência bibliográfica conta com os trabalhos de Bobbio, quanto aos conceitos políticos, a serem abordados democracia, liberdade, Ditadura Militar, Golpe Militar, e principalmente Anistia. Ciro Flamarion Cardoso e Barros, com relação aos tópicos e abordagens historiográficas. Fontoura, Siqueira e Soares, historiadores e pesquisadores do período militar, que auxiliaram com informações mais atuais referentes a problemática dos anos de chumbo no Brasil. A autora Machado e o pesquisador Martins, trazem o valor do calor histórico dos fatos a serem discutidos pelo trabalho, pois suas pesquisas foram produzidas no período da distensão política. O livro BRASIL: NUNCA MAIS, ajudou no entendimento do limite a que o ser humano é capaz de chegar às atrocidades aos seus semelhantes. Gorender produziu um belo trabalho na análise dos fatos tanto na visão dos golpistas que tomaram o poder em 64, quanto na ótica da esquerda que lutou contra o regime de opressão. O autor Stepan, ajudou no desenvolvimento e entendimento da distensão dos militares. Por fim, para tratar do tema no RN, usaremos o livro do professor

² Ibid. p. 107.

³ BARROS. p. 133.

Moacir de Góes, sobre Djalma Maranhão; o trabalho de Nilmário Miranda sobre os mortos e desaparecidos do Brasil no período ditatorial. E Alves, com o trabalho do sindicato dos bancários quando da comemoração dos 20 anos da luta pela anistia, voltado exclusivamente para a cidade de Natal, espaço discutido no trabalho.

A pesquisa monográfica terá como objetivos trazer uma contribuição à História do Comitê Norte-Rio-Grandense pela Anistia daqueles presos, torturados, exilados ou perseguidos pela Ditadura no Rio Grande do Norte, que não ficou calado às infâmias e injustiças cometidas no país contra seus cidadãos. Usando depoimentos orais de membros do Comitê local pela anistia faremos um resgate de sua história (memória), pois a memória faz parte da formação histórica de um povo.

Até hoje vários brasileiros que se lançaram na luta pela liberdade têm destino ignorado, após terem sido capturados pelos militares. São os chamados 'desaparecidos políticos'. Muitos outros só foram identificados após a redemocratização do país em valas comuns de cemitérios clandestinos.⁴

Acrescentar informações sobre à resistência potiguar à Ditadura Militar. Algumas vozes foram esquecidas ou ainda outras precisam dar novamente seus testemunhos de um passado do qual devemos ter conhecimento para que tais horrores não possam mais acontecer neste país. Luciano um dos presos políticos da Ditadura assim se expressou sobre o período: “Resistimos à ditadura e o direito à resistência é inalienável”.⁵

Temos a obrigação de lembrar as novas gerações sobre um passado do qual não podemos esquecer, pois não queremos mais reviver. Qualquer pessoa que tenha vivido o século passado ou apenas tenha nele nascido é fruto deste. Somos o seu resultado, por isso devemos conhecer de onde viemos para saber que circunstâncias nos tornaram o que somos, tanto para quem dele veio como quem o viveu. Somos atores ou filhos dele; espectadores ou herdeiros, mas a ele estamos ligados de alguma forma. Hobsbawm, em um

⁴ ALVES, André, et al (org.) p. **Anistia 20 anos**: um resgate da luta no Rio Grande do Norte. 1 ed. Natal: Sindicato dos Bancários, 200.

⁵ Ibid. p. 62.

dos seus livros, comentou sobre um dos ofícios do historiador: “(...) lembrar o que os outros esquecem (...)”.⁶ Este também é um dos objetivos que procuro tomar para minha monografia, tentar manter acesa a lembrança de algo que não pode tornar a acontecer em nosso país – uma Ditadura Militar.

Simultaneamente a ela virá o uso da memória por aqueles que fizeram parte do processo de Formação do Comitê pela Anistia no Estado. A memória e o discurso destas pessoas que lutaram contra tamanha opressão não podem ser esquecidos, merecem ser relembrados por todos (Hobsbawm).⁷

Últimos anos da década de 70 espalharam-se pelo país a idéia da ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA a todos os exilados e presos políticos. Essa nova palavra de ordem veio somar-se a outras tantas de resistência à Ditadura Militar: por melhores condições de vida, por melhores condições de ensino, abaixo a ditadura, abaixo a carestia, dentre outras.

Tais reivindicações da sociedade brasileira, de início rejeitadas pela maioria da classe média e totalidade da elite, foram se alastrando pelo território nacional através da atuação militante de intelectuais, políticos de tendência esquerdista, estudantes mobilizados do Movimento Estudantil, religiosos (Teoria da Libertação, Evangélicos e outros grupos), trabalhadores (principalmente dos movimentos de oposição sindical) e, destacadamente, familiares de militares banidos pela Ditadura, como por exemplo, a presidente do Movimento Feminino pela Anistia Sr.^a Terezinha Zerbini, que inclusive esteve presente quando do lançamento oficial do movimento potiguar pela Anistia na Câmara Municipal de Natal.

O período de nossa história que compreende as décadas de 1960 até o início dos anos 80 do século passado foi marcado no Brasil e América Latina, por autoritarismo, censura, violência, repressão e castração dos sistemas democráticos. Fatores que, hoje, início do segundo milênio, ainda paga. Sejam eles gerados ou potencializados por Ditaduras

⁶ HOBBSAWM, p. 13.

⁷ Ibid. p. 421 – 446.

Militares que tiveram o apoio político, ideológico e econômico dos Estados Unidos da América (temerosos de surgir novas Cubas no continente).⁸

Tal tema é muito amplo e complexo, por isso, nos deteremos na formação do Comitê pela Anistia no Estado. Brasileiros que nunca deixaram ou mesmo esqueceram de sua pátria mãe nem quiserem sair de seu país. Contudo, tal situação foi encontrada por eles, lutar pelo retorno de seus amigos e familiares que se encontravam clandestinos, exilados, presos pelo regime autoritário. Ditadura, que buscou de todas as formas calar, castrar aqueles cidadãos brasileiros que não aceitavam o rumo que o país estava tomando, ou mesmo o simples fato de não poder opinar sobre as decisões de sua pátria.

Os exilados brasileiros que chegaram a mais de cinco mil durante os mais de 20 anos de cerceamento democrático no país, nos impede de abordar o tema de forma mais precisa, pois necessitaria de um vasto material de consulta e um tempo bem mais amplo de pesquisa. O que nos leva a analisar um momento crucial neste processo. A Formação do Comitê pela Anistia destes brasileiros que sempre lutaram e estiverem ao lado de sua pátria, por mais que os militares quisessem passar uma imagem contrária.

Ao refletir sobre tal fato histórico nacional, jogaremos uma luz sobre o estado do Rio Grande do Norte, desta forma discutiremos como se deu o processo de Formação do Comitê pela Anistia na capital Natal, nos anos de 1978 a 1979. Sendo assim, iremos apenas expor o processo de criação e formação deste comitê, culminando com sua chegada até a Câmara de Vereadores da cidade. A pesquisa terá como base a utilização de entrevistas de membros do comitê local pela anistia. Além de resgatar a memória destas pessoas, que não aceitaram as barbaridades cometidas aos cidadãos brasileiros, tiveram a coragem de enfrentar e lutar não só pelos seus direitos, mas também pelos daqueles que tiveram sua liberdade ferida/arrancada de seu corpo democrático.

O primeiro capítulo será destinado a discutir exclusivamente o conceito de Anistia na antiguidade, passando em seguida para o Brasil. No Brasil o conceito será abordado nos principais momentos de sua história. Inicialmente no período colonial com o processo de colonização pelos portugueses e sua tentativa de conseguir indivíduos que pudessem

⁸ HOBSBAWM. p. 422.

colonizar e ocupar o território colonial; passando pelas Revoltas Nativistas. No Império também referente às Revoltas e Revoluções sociais, econômicas e políticas ocorridas, principalmente no período Regencial. Enfatizando que em ambos os momentos tanto a coroa portuguesa como o governo brasileiro atuou da mesma forma contra aqueles que requeriam a anistia.

Passando ao capítulo seguinte entraremos no tema da pesquisa, a Ditadura Militar, abordando três aspectos. Aqui os conceitos Golpe Militar, Ditadura Militar serão abordados objetivando uma melhor compreensão dos fatos a serem discutidos posteriormente. Estes dois conceitos serão trabalhando tanto na visão da Antiguidade como no Estado Moderno. E dentro dele passaremos ao sub-tema do projeto que são os atores que lutaram contra a Ditadura no Brasil. A última parte do capítulo será destinada aos exilados, presos políticos e assassinados pelo regime opressor. Finalizando com a militância política e o comitê pela anistia na cidade de Natal. Discutindo sua formação e atuação inicial.

No capítulo final a discussão será destinada inteiramente ao processo de formação do comitê em Natal. Enfatizando alguns atores do movimento, lembrando a presença de outros. Abordando os objetivos do Comitê e ações deste junto aos presos políticos e seu combate a Ditadura. Será exposto o início o movimento, suas primeiras reuniões, onde acontecia, sua ida para a sede da OAB em Natal, e finalizando com o Ato de lançamento na Câmara Municipal de Natal.

CAPÍTULO 01

Neste capítulo faremos uma breve discussão do conceito anistia na Antiguidade Grega. Iniciaremos pelo berço da Civilização Ocidental. Cultura da qual herdamos dentre tantos valores e aspectos culturais, a anistia. Será exposto tal indulto na antiguidade, como surgiu, seu objetivo, quem seria beneficiado e por que.

Passando em seguida para o Brasil, no início da colonização. O povo brasileiro sempre foi, um povo guerreiro e de luta por seus ideais ou necessidades. E o período colonial brasileiro não foi diferente. A ‘graça’, termo usado na época para denominar as pessoas que eram por ele beneficiados, marcou esse período histórico nacional. Alguns movimentos conhecidos como Nativistas, terminaram por receberem indulto que os liberava de suas condenações. Mas vale mencionar que neste período da formação do povo brasileiro, certas medidas passariam a serem adotadas futuramente em situações semelhantes, o que pode explicar em parte a cultural política nacional. Pois somente grupos de interesse a coroa portuguesa receberiam a anistia, enquanto, aqueles que lhe foram prejudiciais, ou não tinham poder e influência na colônia seria punida rigorosamente, veja o exemplo, de Tiradentes.

Durante o Império do Brasil, no século XIX as anistias foram concedidas em um número bem maior do que antes. Por que este foi um século, marcado por várias revoltas e muitas de caráter separatista do Brasil. E mesmo elas tiveram o resultado obtido no século anterior. Por exemplo, os Malês, em Salvador não recebeu o mesmo tratamento dos ricos revolucionários do sul, os produtores de carne de charque. E Até mesmo, as Revoluções Pernambucanas tiveram seus membros julgados de forma distinta.

Na 1ª República o destaque vai para Rui Barbosa homem de valores humanos incríveis, e fundamentais ao processo de construção e concretização dos valores republicanos nacionais. Destacou-se desde o início ao lutar pelos direitos aos negros escravizados (ainda no Império); e posteriormente já na República defendeu os revoltosos da ‘Chibata’ e ‘Vacina’, para ele a anistia deveria ser concedida a todos sem nenhum tipo de restrição. A 2ª República vai até o golpe de 64 e terá três ondas de anistia no Brasil. A

primeira e a última com Vargas para presos políticos, como Luís Carlos Prestes. A segunda no governo de JK, ampla e irrestrita aos envolvidos de 1955 e 1956. E por último em 1961, no parlamentarismo, a anistia beneficiaria todos de 1934 até aquele momento.

Por fim falar do processo de anistia dos anos 70 e início dos anos 80, espaço temporal do trabalho. Neste ponto discutiremos como se procederam as discussões em torno do tema anistia. Esta palavra de ordem terminou por somar-se a tantas outras existentes: Abaixo a ditadura, Liberdade de Imprensa, Eleições Diretas, depois Diretas Já, para citar algumas. A anistia no período representou mais uma ferramenta de luta contra a Ditadura pelos brasileiros.

1.1 ANISTIA NA ANTIGUIDADE:

A enciclopédia BASE, define Anistia como sendo, um indulto que se concede principalmente a criminosos políticos.⁹ Seu conceito vem da Grécia Antiga, na qual o termo etimologicamente seria: a -- prefixo de privação e mnéstis -- lembranças. Desta forma, privação de lembranças, o que descaracteriza a superficialidade com a qual o termo passou a ser usado no mundo contemporâneo, tornando quase que todo indivíduo num ser perigoso ao sistema político mundial.

Para os gregos antigos, anistia seria uma atitude tomada pelo governo, um esquecimento de ações anti-sociais, rebeldes contra o Estado num determinado contexto e momento que já teria acontecido. Alguns historiadores comentam que o termo poderia ter surgido da vitória de Trasíbulo contra os “Trinta tiranos”, que dominavam a região.¹⁰ Após a vitória sobre estes o guerreiro grego determinou que ninguém devesse ser perseguido ou condenado por atos políticos cometidos durante o período em que os “trinta” governaram a região, com exceção é claro dos Tiranos.

⁹ VICENTE, Orlando (direção). BASE Biblioteca de Auxílio ao Sistema Educacional. 1ª ed. São Paulo: Livraria Editora Iracema Ltda, 2007. p. 319.

¹⁰ Ibid. p. 319.

O Direito Brasileiro corresponde ao ato do Poder Público em declarar inexistentes, de acordo com o código penal, fatos, ou seu conjunto, por parte de indivíduos ou grupos. O que ocorre é uma espécie de anulação, extinção do processo que possa existir contra este indivíduo ou grupo. No Brasil a lei de anistia foi promulgada na Ditadura de Figueiredo em 28/08/1979. A Enciclopédia assim comenta sobre o significado para o Brasil:

“A anistia tem, efetivamente, por fim especial, o esquecimento completo de todos os crimes políticos, que de ordinário, só costumam considerar-se como tais durante o período agitado de qualquer perturbação de ordem política ou social, sendo as pessoas que a cometeram incapazes de um crime desonroso, e constituindo o delito antes a sorte adversa do vencido do que a natureza da ação”.¹¹

O conceito de Anistia nas sociedades modernas passou por algumas mudanças, e provavelmente um dos países que mais tenham criado condições para tamanha transformação seja o Brasil. Um dos fatores que pode dar sustentação a tal argumento seria a colonização portuguesa. Os lusitanos, por intermédio de Mem de Sá, já na segunda metade do século XVI, aconselhavam ao rei português conceder o perdão, ou seja, anistiar, portugueses que vivessem na metrópole, sob pena de não haver gente nessa terra – chamada Brasil.¹² Tal informação é muito valiosa, pois nos dá uma imagem de como fora parte do processo de colonização no Brasil. Conselho atendido prontamente pela coroa portuguesa.

Entre os pontos responsáveis pelo acatamento do rei português, que podemos abordar: a necessidade de um grande contingente populacional, haja vista a extensão territorial da colônia, geograficamente era bem superior ao Estado Português; população para ao mesmo tempo explorar as riquezas que por ventura fossem encontradas, além de defendê-la de possíveis invasores (franceses, espanhóis, holandeses, ou outro estado europeu). Não esquecendo é claro, da própria disputa interna com os nativos, o maior problema encontrado nos dois primeiros séculos de colonização brasileira. Problema

¹¹ HOBBSAWM. p. 320.

¹² MARTINS, Roberto Ribeiro. **Liberdade para os Brasileiros** – Anistia Ontem e Hoje. (Coleção Retratos do Brasil v. 115). 2ª ed. Rio de Janeiro. Editora: Civilização Brasileira, 1978. p 21.

resolvido somente com a Guerra dos Bárbaros, que ocupou grande parte do nordeste brasileiro atual (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, e sertão Baiano).

Será ilusão a impressão de que a anistia (ou graça, como era conhecido no Brasil colonial), ficou restrita aos primeiros momentos. Com a criação do Sistema de Capitânicas Hereditárias sua prática continuou normalmente. Estes donatários faziam valer seus interesses beneficiando aqueles a quem eles julgavam merecedores, e os critérios usados obedeciam muitas vezes a questões privadas, sem o conhecimento del-rei, pois a distância entre colônia e metrópole, aliado a autonomia destes, seriam aspectos primordiais para tais abusos de poder.

Martins analisou a questão, e chegou a tal entendimento sobre o tema. De acordo com o autor, tais medidas terminaram por gerar rivalidades entre as capitânicas, que sempre necessitavam de mão-de-obra para trabalhar e, por isso, concediam a “graça” aos novos colonos. “Teria sido esta uma das causas da derrocada do sistema de capitânicas descentralizadas e da implantação de um sistema unificado sob a direção de um Governador Geral”.¹³

Martins sobre o período colonial brasileiro, afirmou que desde seu início estavam ali presentes sentimentos que propiciavam o descontentamento com a metrópole, e culminaria com as revoltas. As primeiras Nativistas discutiam a administração portuguesa, fosse quanto às questões administrativas, ou relacionadas a problemas de convívio entre grupos locais. Insurreição Pernambucana, que lutou contra o domínio Holandês no Nordeste, com a União da Coroa Ibéricas; ou a revolta contra a Companhia do Comércio do Estado do Maranhão, por melhores condições econômicas, por exemplo, a falta de mão-de-obra na região, devido entre outros fatores, o ciclo do ouro, nas Gerais.

Nessas questões a coroa portuguesa agiu de forma semelhante. Porém, contudo, o indulto da “graça”, estava ligado diretamente aos casos em que Lisboa pudesse ou tivesse interesses administrativos e econômicos envolvidos.

¹³ MARTINS. p. 22.

Uma explicação melhor seria. Ao analisar os movimentos nativistas do período, Revolta de Beckman, Guerra dos Emboabas, guerra dos Mascates e Vila Rica. Chegamos a uma conclusão simples e direta, nos movimentos em que Portugal possuía interesse econômico não houve o indulto da “graça”, os casos são a Revolta de Beckman e Vila Rica. A explicação: no primeiro o motivo da insatisfação estava no monopólio lusitano no comércio local, somando-se o fato a participação das camadas menos abastadas da colônia. Seus líderes ou foram presos ou tiveram uma execução sumária, para servir inclusive de exemplo para os demais grupos. Em Vila Rica, o que motivou as Casas de Fundação, imposição real para a comercialização do ouro. Desde sua criação os colonos deveriam levar todo o ouro para ser transformado em barras e serem marcados com o selo real, além da retirada do “quinto”, imposto cobrado pela metrópole sobre a exploração do metal no Brasil. Por interferir na prática Mercantilista portuguesa, o movimento foi derrotado e seus líderes inclusive Felipe dos Santos terminou foi executado. “A repressão é violenta. Mesmo armada, a população não consegue resistir a um Regimento de Dragões enviado pelo governador e é derrotada”. Comentou Martins.¹⁴

Os outros dois casos tiveram um desfecho diferente. Na Guerra dos Emboabas, ocorrida nas Gerais, houve uma disputa pelo controle das minas entre colonos, os bandeirantes de São Paulo de Piratininga (atual estado de São Paulo) e colonos vindos de outras partes do Brasil influenciados pela conhecida corrida pelo ouro, que geralmente acontece em regiões de grandes jazidas deste metal. Os Emboabas seriam os colonos vindos de outras partes e esta denominação havia sido dada pelos Bandeirantes paulistas. Ao fim, os Emboabas derrotaram os Bandeirantes numa região conhecida por Capão da Traição. A coroa interveio, não para punir as partes envolvidas no conflito, ao contrário, dividiu a região em duas partes e incentivou os Bandeirantes a buscarem ouro em outras partes, pois quanto mais metal descoberto mais imposto a Coroa receberia, em outras palavras, um Estado tem sua economia medida pelo seu peso em metal (Mercantilismo).

Com a Guerra dos Mascates, em Pernambuco. Conflito entre os comerciantes de Recife, contra os proprietários rurais de Olinda. O resultado final foi à elevação de Recife à condição de vila, posteriormente sendo a capital da província, posição ocupada até então

¹⁴ MARTINS. p. 25.

por Olinda (o que explica em parte a rivalidade presente hoje entre as duas cidades pernambucanas). O que se vê no Brasil Colonial, a graça, como um mecanismo usado pelo Coroa para beneficiar aqueles que de alguma forma era importante ao processo de exploração e colonização abaixo da linha do Equador (Brasil).

1.2 ANISTIA NO IMPÉRIO BRASILEIRO:

Nesta segunda fase da História do Brasil, o indulto da anistia, foi usado inúmeras vezes. E em alguns processos políticos beneficiavam apenas parte dos envolvidos, enquanto que outros sofriam as piores punições. Os Inconfidentes pode servir como exemplo, os líderes e mentores foram presos e logo em seguida libertados, já Tiradentes sofreu o pior processo criminal deste país.

Com a Proclamação da República, em 1822, a Anistia teria um caráter constitucional, que seria concedida pelo Imperador por meio do poder moderador. Além de ser banalizada (sempre que fosse conveniente o Imperador faria uso da anistia para beneficiar-se de alguma forma) devido à quantidade de vezes que foi utilizada pelo Império Brasileiro, chegando a merecer não apenas um artigo na constituição, mas um caráter quase que institucional no século XIX.

“Art. 101 – O Imperador exerce o poder moderador:

... 9º) Concedendo anistia em caso urgente, e que assim aconselhem a humanidade e bem do Estado”¹⁵

Assim como no período anterior, somente o rei poderia concedê-la ao seu povo, o que confirma ainda mais seu caráter Absolutista, mesmo com a existência da Constituição. Mas, para que se além de exercer o poder Executivo, cabia a ele as atribuições do poder Moderador? A teoria de divisão do poder em três partes iguais, como definiu Montesquieu, foi jogada no lixo pelo Império Brasileiro.

¹⁵ MARTINS. p. 33.

D. Pedro I parecia prever a necessidade ou a importância que teria a anistia em seu governo, que inclusive foi curto. Ao longo dos anos de 1820, saíram de sua pena mais de dois processos de anistia, no primeiro caso, quando da Constituinte foi apresentado um projeto de anistia ampla e plena a todos os presos e exilados políticos; no segundo, de acordo com as circunstâncias a anistia não foi ampla, contudo, ela aconteceu.

1.3 ANISTIA NA 1ª REPÚBLICA:

A Proclamação da República do Brasil teve um caminho um pouco diferente dos demais países tanto no século XIX, quanto no século XX. O Brasil tornou-se republicano justamente na transição de valores e ideologias deste período. A primeira diferença que podemos enumerar seria o fato das Repúblicas nascerem juntamente com a Independência, os idealizadores ou revolucionários que fizeram as independências, na América ou no Velho Mundo, procuravam criar simultaneamente um Estado Republicano – o Brasil não fez; a libertação dos escravos com a República ou logo posterior a independência – faltou tal medida ao Brasil; o fim das relações entre antiga metrópole à ex-colônia. Quem fez e liderou o novo país foi um membro da coroa lusa; economia voltada para o mercado externo, continuou a ser a prioridade do país tanto no pós-independência com o café e algodão em alguns momentos, como na fase que sucedeu a formação do Estado Republicano. Idéias claramente discutidas por Martins, e Rui Barbosa.

Sua importância estaria basicamente no fato deste homem das leis e letras ser o responsável por lutar contra toda e qualquer injustiça que o cidadão brasileiro pudesse sofrer num período de transformação e mais do que isso, num momento de intrigas, golpes de Estado ou tentativas, vitórias e derrotas. Somente uma medida como a anistia, poderia solucionar ou pelo menos amenizar os conflitos existentes entre grupos que disputavam o controle do poder da nação que surgia. Martins comenta que a partir dele (Rui Barbosa), o conceito de anistia teria uma influência fosse ela direta ou indireta num homem que

terminaria por inspirar um país a lutar pela liberdade e democracia, como valores invioláveis e inabaláveis dos cidadãos.¹⁶

Rui Barbosa foi um homem que desde cedo esteve ligado às questões democráticas, iniciou sua carreira como advogado e jornalista, sempre atento à defesa das causas liberais. Martins comenta que sua vida pública iniciou-se em defesa da luta dos escravos, apoiando o fim da escravidão no país. O mesmo autor relembra ser ele o relator da lei do sexagenário, na qual libertava os escravos com mais de sessenta anos. Era uma raridade no período um escravo chegar a essa idade. Os que conseguiam estavam inválidos após décadas de exploração e humilhação dos seus senhores. Por um lado, era até bom para seus senhores, por que podiam livrar-se daqueles que não lhes tinham mais serventia.

Rui Barbosa, buscou dar uma condição mínima àqueles que passaram à vida inteira sofrendo todo tipo de humilhação e exploração de seus corpos e de sua dignidade humana. Ao menos no fim de suas vidas poderiam desfrutar da paz que até aquele momento desconheciam e apenas sonhavam com ela. Não foi um homem de lutar pela república como muitos políticos e setores do Brasil fariam nos últimos anos do século XIX antes de 1889. Seus ideais estavam mais voltados para as idéias liberais e ao federalismo, entretanto, os caminhos políticos terminaram por levá-lo ao republicanismo. As críticas contra D. Pedro II e seus gabinetes que iludiam o povo, valorizando as disputas privadas, dos bastidores sem nada realizarem pelo povo. “... sem ter sido um republicano, foi, no entanto, o homem que fez a República. Vitorioso o movimento, ele será o novo Ministro da Fazenda e mais tarde também vice-Chefe do Governo Provisório.”¹⁷

Durante os primeiros anos do novo regime republicano no país, ocorreram inúmeras revoltas e confrontos entre os grupos monarquistas e republicanos como explicou Martins.¹⁸ Neste período Rui Barbosa seria um dos primeiros a defender a anistia para aqueles que foram banidos do país, no caso, monarquistas que travaram lutas contra republicanos e tentaram inclusive dar um Golpe no recém criado Governo Republicano no Brasil. A anistia

¹⁶ MARTINS. p. 50, 51.

¹⁷ MARTINS p. 52, 53.

¹⁸ Ibid. p. 53 – 67.

também deveria ser concedida aos revoltosos da “Chibata” 1910 da “Vacina” 1904, ambos os casos houve anistia aos envolvidos, não distinguindo grupos sociais e políticos.

Sem aprofundar muito o tema, devemos, contudo, contextualizar e fazer algumas considerações sobre o assunto. Tanto, a Revolta da Vacina, quanto da Chibata. No início do século passado a capital na Republica, Rio de Janeiro sofria de uma epidemia de varíola. Uma das grandes personagens do Brasil no inicio da república, foi Oswaldo Cruz, que trouxe contribuições à medicina e pesquisa científica brasileira. Como médico e cidadão, fez sua parte, procurou informar as autoridades brasileiras do perigo que tais epidemias podiam causar. O congresso discutiu o tema e terminou por acatar as recomendações do sanitarista. Todavia, a maneira como tais medidas, foi tomada pelo governo, podem explicar em parte a revolta que tomou conta da população. A invasão de casas pelo governo, o uso de força policial contra a própria população, e o receio do povo de que a vacina fosse algum tipo de veneno para exterminá-los, principalmente devido às reações alérgicas causadas nos pacientes, ou seja, a falta de planejamento e informação por parte do governo em explicar e tirar dúvidas que seus cidadãos tivessem estava entre as razões que culminaram com a Revolta da Vacina. Ao discutir o tema o congresso assim decretou:

Art. 1^a – São anistiadas todas as pessoas que tiverem parte nos sucesso desta capital durante a noite de 14 de novembro de 1904, assim como ns ocorrências civis ou militares, anteriores ou posteriores, que com ela se relacionem.

Art. 2^a – Revogam-se as disposições em contrário. ¹⁹

A Revolta da Chibata ocorreu por maus tratos aos oficias de baixa patente da marinha brasileira. O interessante seria o fato de tais praticas já haverem sido abolidas pelo governo provisório em decreto lei. Dentre os fatores podemos citar: o uso abuso de poder com métodos desumanos e humilhantes (chibata e palmatória como recursos disciplinares); atraso do soldo, péssima comida e trabalho duro. Iniciou-se após o castigo de 250 chibatadas ao marinheiro Marcelino Rodrigues, a resposta foi imediata, tomaram alguns

¹⁹ MARTINS. p. 64.

encouraçados, eliminaram a resistência e enviaram suas condições ao governo, além de exigir uma anistia prévia para todos os envolvidos. Rapidamente Rui Barbosa saiu em defesa destes, com a aprovação do decreto lei, no qual assim diz: “É concedida anistia aos insurretos da parte de navios de guerra da Armada Nacional, se os mesmos, dentro do prazo que lhes for marcado pelo governo, se submeterem as autoridades constituídas”.²⁰

Os problemas não estavam resolvidos. A hostilidade entre as partes envolvidas continuava. Antes do fim do ano ocorreria algo que podemos denominar como caça as bruxas, pois foi de acordo com a oficialidade os tripulantes do *Scout* Rio Grande do Sul amotinaram-se contra um ataque terrestre, e o motivo seria protestar contra a repressão que continuaria. As informações apontavam para um massacre com mais de 100 mortos e outros tantos feridos. No Senado Rui Barbosa defendeu os marinheiros afirmando que o massacre foi proposital, comentou Martins.

Na década de 20 tivemos o agravamento das relações de caráter contestador e são muitos os motivos: Semana de Arte moderna de 22; fundação do Partido Comunista do Brasil, que ocuparia o espaço deixado pelo movimento anarco-sindicalista, por não conseguirem oferecer uma solução real às necessidades dos trabalhadores e operários. E principalmente o movimento Tenentista, ligado a quase todos os grandes acontecimentos políticos desta década, como a Revolta do Forte de Copacabana e a Coluna Miguel Costa-Prestes, que ficaria conhecida por Coluna Prestes, ideológica e politicamente contrária à política do Café-com-Leite. Dentre seus argumentos: a idéia de revolução e colocar a população contra as oligarquias. Eles buscavam chamar a atenção dos camponeses e sociedade urbana, pois de acordo com sua ideologia somente assim poderiam mudar os rumos na nação brasileira. Porém tudo não passou de ilusão, os camponeses não apoiaram o movimento, as camadas urbanas não apoiaram a Coluna Prestes, e para os habitantes das cidades a Coluna teve um efeito simbólico na luta por suas necessidades. A marcha percorreu mais de 24 mil quilômetros pelo país, principalmente no interior, buscando apoio ao novo projeto para o Brasil. Por fim a Colina Prestes isolou-se na Bolívia.

²⁰ Ibid. p. 66.

Ao fim Martins, comentou que desde Rui Barbosa ainda no Império e durante a 1ª República a anistia sempre esteve na pauta das discussões no Congresso, junto aos movimentos revoltosos e contestadores dos primeiros governos republicanos no país; coladas às disputas políticas e muitas vezes armadas, estavam à anistia, com uma idéia de perdão e esquecimento para todos os envolvidos. A anistia trazia com ela dois fatores que voltaremos a rever na História do Brasil: anistia ampla e irrestrita, como ocorrerá futuramente na década de 80 não só para os exilados políticos, presos, torturados e perseguidos, mas também para os militares torturadores e policiais que implantariam o regime de medo, coerção na população brasileira na segunda metade do século XX.

1.4 ANISTIA NA 2ª REPÚBLICA:

Como pode ser observado até o momento, o século XX no Brasil possui duas características bem interessantes, ao mesmo tempo que brotam inúmeros movimentos, rebeliões e revoluções por todo o país, os governos que vão se sucedendo no poder vão usando da prerrogativa de anistia para tais grupos de contestação política e militar. A 2ª República que vai até o golpe de 64 terá três ondas de anistia no Brasil. A primeira e a última com Vargas para presos políticos, beneficiando entre outros Luís Carlos Prestes, porém será de caráter parcial englobando aqueles que foram julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional. A segunda no governo de Juscelino Kubitschek, esta seria ampla e irrestrita para os envolvidos nos movimentos de rebelião de 1955 e 1956. E por ultimo em 1961, já aproximando-se do golpe dos militares, no regime parlamentarista, neste momento tal anistia englobaria todos aqueles que “participaram, direta ou indiretamente dos fatos ocorridos no território nacional, desde 16 de julho de 1934 (...) e que constituem crimes políticos definidos em lei. Essa anistia abrange os que haviam sido punidos em 1952 pela participação na campanha do petróleo, além dos implicados nos casos de Jacareacanga e Aragarças.”²¹

Sobre este período o que podemos constatar seria a volta das Oligarquias ao poder nos estados. Tal manobra tinha inclusive o apoio e o consentimento de Vargas, contudo, de

²¹ ALVES, André, et al (org.) p. 23.

forma gradual sem que pudesse levantar ao menos de início a atenção da sociedade. A década de 30 destacou-se por um momento de preparação para mais uma guerra, o que para muitos historiadores seria uma continuidade da 1ª Guerra Mundial (o que não nos interessa neste momento). O importante ressaltar seria o crescimento de idéias fascistas e nazistas na Europa, no Brasil chamou-se Ação Integralista Nacional (AIB) tendo como um de seus mentores Plínio Salgado. Tal ideologia fez parte num primeiro momento do governo provisório de Vargas após a tomada do poder em 1930.

A oposição seria formada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), com a volta de Luis Carlos Prestes (presidente de honra) que esteve preso por alguns anos. A ANL faria oposição no país a AIB, pois ambos rapidamente espalhar-se-iam pela nação. Na ANL estariam membros das mais variadas vertentes da oposição comunistas, os nacionalistas e até alguns liberais. Porém assim como sucedeu com PCB a ANL logo entrou na ilegalidade por motivo de segurança nacional, alegação do governo constitucional.

Vargas não pretendia abandonar o Palácio da Guanabara, seu projeto político não estava concluído, então a solução seria criar condições para manter-se no poder. As eleições se aproximavam, e já se formavam as chapas para a campanha. Os paulistas que planejavam voltar ao poder tinham Armando Salles; e os Integralistas é claro Plínio Salgado; um grupo mais progressista ligados aos antigos tenentes, o paraibano José Américo. O plano de permanência no poder foi baseado num trabalho dos integralistas sobre os comunistas. O capitão Olímpio Mourão Filho, baseou-se neste trabalho e elaborou o “plano Cohen”, golpe de Estado dos comunistas que assumiriam o país. Foi a chance para Vargas fechar o congresso e outorgar uma nova Constituição. A nova constituição possuía aspectos fascistas, pois o governo de Getúlio tinha muitos admiradores desta vertente ideológica.²²

Logo após a criação do chamado Estado Novo o Integralismo juntou-se ao grupo dos marginalizados pelo Estado Getulista: comunistas, liberais, ANL, nacionalistas e tantos outros. Os partidos e o congresso dissolvidos, tudo em nome da segurança nacional. Por que havia a possibilidade dos comunistas tomarem o poder. Vargas assumiria o papel de ‘protetor, defensor’ do povo brasileiro destes radicais. Políticos e demais opositores seriam

²² MARTINS. p. 85, 86, 87.

exilados, na ilha de Fernando de Noronha, por exemplo. Contudo, a 2ª Guerra Mundial iniciaria e devido a pressões tanto dos Americanos como dos Alemães, Vargas teve que tomar partido e sair de cima do muro o que fizera por bom tempo. Aproveitando-se de benefícios que os dois lados lhe ofereciam. Mas, Vargas tomou partido dos Aliados e organizou tropas brasileiras para lutar na Europa contra o Eixo (Itália e Alemanha).

O curioso foi à contradição existente, ou seja, para o Brasil o fascismo era a prática do governo, contudo, para a Europa não servia, pois a Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi justamente lutar contra Mussolini e Hitler na Europa. Ficava então o povo sem entender tal situação, o que motivou inúmeras manifestações, revoltas, questionamentos sobre tal situação no Brasil, o que explica em parte a crise do Estado Novo. Martins comentou que neste contexto ocorreram várias manifestações pedindo por anistia aos presos e principalmente a volta de eleições livres e diretas para os cargos políticos nacionais, por meio de núcleos, organizações e até pedidos em jornais com abaixo assinados, contendo tais reivindicações.

No mesmo ano 1945 ela veio à anistia para mais de 500 presos políticos. Muitos na cadeia a mais de dez anos. Foram contemplados comunistas, socialistas, antifascistas, liberais e até os integralistas da tentativa do golpe de 1938. “Entre os nomes mais conhecidos, Luis Carlos Prestes, Carlos Marighella, Jorge Amado, (...) Herculino Cascardo, os integralistas Bermiro Valverde e Gustavo Barroso (...) Washington Luis, e o futuro vice-presidente Café Filho”²³ e tantos outros.

A última anistia ocorreu em 1961, de caráter geral e amplo contemplou os revoltosos de Aragarças, golpistas de 1961, grupos militares que ainda esperavam desde 35, os participantes de campanha ‘O Petróleo é nosso’, grevistas, estudantes, jornalistas e demais infratores previstos no Código Eleitoral, comentou Martins. Todavia, não foi tão simples assim. Era bem explícito o Decreto Lei – 18 (DL-18), do parlamento em suas determinações, mas o executivo, na figura do Procurador Geral da República, expediu parecer, determinando inconstitucional o DL-18, excluindo o grupo de 35 e 52, por mais que já houvesse saído a sentença final, somente restando a esses militares o caminho da

²³ MARTINS. p. 88, 89.

justiça, pois os decretos de anistia desde a Constituinte de 1934 os contemplava, mas os ministros e chefes do executivo sempre engavetavam seus processos. Tiveram que seguir o caminho mais longo tendo pequenas e demoradas vitórias, finalizou Martins.²⁴

Martins apontou um ponto interessante (para não dizer macabro) sobre a Ditadura Militar. Foi o primeiro momento na história do país que a anistia passou a não existir, ocorreu a partir do AI-5, quando da mudança do artigo referente ao tema. A lei seria mudada não dando direito aos anistiados aposentadoria, passagem para a inatividade do cargo, vencimentos, salários atrasados, perda de postos e patentes, ou seja, o cidadão somente poderia receber talvez, quem sabe o termo de anistiado, porém não teria nenhuma serventia, nenhum valor aos ‘possíveis beneficiados’, se é que se pode falar.²⁵

1.5 ANISTIA NOS ANOS DE 1970 A 1980:

Os relatos desses a quem podemos chamar de heróis nacionais, não foi fácil, muitos não voltaram para casa. Dos que voltaram uma parte retornou ao Brasil em caixões lacrados, outro grupo retornou com seqüelas, das mais variadas - receio, medo, angustia dos torturadores, no caso dos que sofreram tal abuso (que não foram poucos) -, ser encontrados pelas ruas por seus algozes e sofrerem novamente. Outros não conseguiram mais retomar sua vida de antes, e alguns não tiveram a coragem de voltar ao país, tamanho foi o trauma. Para suas famílias não sei dizer o que foi pior: ter seus parentes em caixões, ou vivos, com problemas psicológicos, neurológicos. Entretanto, analisando a questão dos exilados eu sei a resposta, e ela é simples: a centena de famílias que não tiveram se quer a possibilidade de saber o que aconteceu com seus filhos (as), irmãos (ãs), primos (as), tios (as), pai (s) e mãe (s), que se foram e não voltaram. A dor destes não é possível imaginar.

Falar sobre este tema com pessoas que viveram na pele tais acontecimentos, ou teve algum parente que passou por algo não é fácil comentar, mesmo que estejamos próximo de comemorar os 30 anos da anistia no país. De acordo com Mery Medeiros, ele mesmo foi

²⁴ Ibid. p. 101, 102, 103.

²⁵ Ibid. p. 101, 102, 103.

um dos ex-presos que por algum tempo não queria falar sobre o assunto temendo, reviver todo o processo novamente, ter noites mal dormidas, ou sofrer alguma espécie de pânico.

Falar sobre a anistia no fim dos anos 70 é também falar um pouco sobre o processo de distensão dos militares para o Brasil. Neste programa estavam inseridos algumas idéias como, por exemplo, o início de liberdade para a população, começando pelos meios de comunicação, quando da censura prévia, possibilitando ao cidadão brasileiro ter um maior acesso as informações sobre os fatos que ocorriam no país. Os movimentos estudantis que voltavam a se formar pelo país – Florizel participou no evento na UnB de 1977.

Contudo, Stepan, em seu livro alerta que neste período a oposição ao regime militar era bem menos atuante e agressiva do que noutros países da América Latina como são os casos do Chile de Pinochet, ou Argentina. Em seu livro ele aponta que as grandes manifestações somente passaram a ocorrer após 1974. A sociedade civil por meio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Igreja Católica.²⁶ O autor não faz este comentário nem chega a tal conclusão, mas é importante lembrar que tais fatos coincidem com o fim do chamado “milagre brasileiro”.

Sobre o período referente à repressão assim Ivanilton Passos comentou:

E o que nos sabíamos é que nos estávamos nos arriscando bastante em prol de ideais, de mudanças, de tentar ajudar aqueles companheiros, aqueles camaradas que estavam presos (...)²⁷

Para que não fique qualquer tipo de desentendimento sobre o fato do entrevistado afirmar que Natal tinha repressão aos movimentos e grupos, como o dele que lutava pela anistia dos presos e o autor Stepan. Devemos entender que as cidades de Rio e São Paulo eram os grandes centros de poder político e econômico, locais de onde também partiam

²⁶ STEPAN, Alfred C. **Os militares da abertura á nova república**; tradução de Adriana Lopez e Ana Luíza Amendola. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

²⁷ Entrevista com sr. Ivanilton Passos. Natal, 28/11/2008.

muitas das atuações de reação dos cidadãos. Sendo assim, Natal a época era uma cidade pequena e relativamente isolada dos grandes centros. O que explica o fato de algumas determinações dos militares demorarem um pouco para chegar a capital do estado, o mesmo acontecia com os grupos de militantes.²⁸

Outro fator que pode ser usado para exemplificar melhor a situação de Natal seria o ato de lançamento oficial do Comitê nesta cidade pela anistia no dia 18/04/1979. Tal acontecimento foi no turno da noite desta casa. Contando com a participação de Terezinha Zerbini, e um grande número de pessoas nas dependências do auditório. Contudo, os jornais do dia posterior somente lançaram nota comentando o fato de capital importância aos desdobramentos que ocorriam pelo país. Ou seja, Natal ainda sofria uma repressão e censura considerável, pois os meios principais de comunicação da cidade pertenciam a grupos políticos que apoiavam a Ditadura no estado.

Ao discutir sobre a anistia no Brasil entendemos que sempre tal conceito foi usado de forma equivocada, com o sentido de esquecimento para todo aquele que possa ter ou não cometido algum crime ou tenha se posicionado contra alguma ação governamental de caráter excludente ou repressor contra seu povo. Para os gregos antigos a anistia correspondia a privação de lembrança, poderia até ser uma idéia de esquecimento, contudo, esquecer de suas ações anti-sociais contra o Estado e não esquecer os atos cometidos pelo Estado por indivíduos em nome dele (o Estado).

²⁸ Entrevista com sr. Florizel de Medeiros Júnior. Natal, 30/11/2008.

CAPÍTULO 02

Abordaremos o conceito de Golpe Militar para podermos melhor entender o golpe de 64 no Brasil. Discutindo seus aspectos mais globais, como atuação do regime militar, na esfera política e ações de repressão ao cidadão, e o golpe dentro do golpe, ou seja, a submissão dos demais poderes ao poder executivo na figura do Ditador presidencial.

A última parte do capítulo será destinada a analisar os grupos que eram contrários ao regime militar implantado no país com o golpe de 64. Estamos falando dos exilados políticos que migraram inicialmente para o Uruguai, o presidente deposto João Goulart, o prefeito eleito de Natal, Djalma Maranhão e muitos outros políticos que fundaram uma colônia de brasileiros. Em seguida o grupo da segunda leva que iram para o Chile e lá ficou até Pinochet derrubar o governo Allende. Citar e comentar sobre os mortos e desaparecidos do golpe de 64 referentes ao Rio Grande do Norte.

2.1 GOLPE DE 1964:

O conceito de Golpe de Estado mudou muito ao longo dos séculos, principalmente no mundo ocidental. Dois são os pontos desta mudança, “quem o faz”, e “como se faz.”²⁹ Mas podemos apontar um ponto que se manteve durante todo esse tempo, a participação de órgãos do próprio Estado, no golpe. Durante a Idade Moderna tínhamos casos de Reis, Príncipes ou Imperadores que por motivos particulares, religiosos – noite de São Bartolomeu -, ou militares davam um golpe em seu próprio Estado, com o objetivo de reforçar, aumentar seu poder. Esta decisão é geralmente tomada de surpresa, para evitar reações por parte daqueles que deverão sofrer as conseqüências.³⁰ No fim da Idade Moderna com a consolidação do modelo constitucional, os Chefes de Estado passaram a ter mais um agravante, a ampliação de seus próprios poderes, por que a partir deste momento suas decisões devem passar pelo corpo constitucional e jurídico. O golpe na França de

²⁹ BOBBIO. p. 555, 556.

³⁰ BOBBIO. p. 555, 556.

1851, dado por Luis Bonaparte na II República, proclamando-se Imperador da França – os detentores do poder de forma violenta passaram sobre os direitos constitucionais dos cidadãos.

Passando a discussão sobre fazer o golpe. Diferente do outros movimentos que planejam o poder, aqui o poder já foi conquistado, contudo, o golpista visa tê-lo por completo, e excluir os demais membros do corpo do Estado. Movimentos revolucionários ou guerrilhas buscam inicialmente derrubar quem se encontra no poder; aqui como já foi esclarecido, já se tem o poder. Bobbio, no seu Dicionário de Política comenta que no mundo contemporâneo é ingenuidade pensar que derrubar, ou concretizar seu golpe seja tão importante ocupar a sede do Parlamento ou dos ministérios. Para coroar de êxito o Golpe de Estado, é ocupar e controlar os centros de poder tecnológico do Estado, tais como as redes de telecomunicações, o rádio, a TV, as centrais elétricas, os entroncamentos ferroviários e rodoviários. Isso permitirá o controle dos órgãos de poder político.³¹

O Estado Moderno possui um aparelho muito complexo, o que torna ainda mais frágil o golpe militar, por que ao mesmo tempo em que suas forças podem atuar no suporte deste projeto de poder, como também podem terminar por aniquilar suas pretensões de poder. Ao se falar em Golpe Militar estamos é claro falando do poder das forças armadas do Estado. Por isso Bobbio, apontou a importância das forças armadas nesta questão, pois sua função no Estado é justamente manter o funcionamento deste através da lei e da ordem. Leis e ordens que são previamente definidas pelo Estado.

Entendemos que o Estado Moderno ao assumir o poder por meio de um Golpe Militar, pode e geralmente faz uso da força na manutenção de seu poder. O aparelho militar sob seu controle, será então usando contra tudo e todos que não estejam de acordo com suas diretrizes. Situação vivida por muitos brasileiros nas décadas de 60, 70 e início dos anos 80.

A violência tanto física quanto moral, a tomada de poder por parte do aparelho do Estado, no caso os militares, supressão dos direitos civis e a perda da liberdade individual. Estão entre os fatos ocorridos no Brasil. Tal explicação foi assim explicada no Dicionário de Política:

³¹ Ibid. p. 555, 556.

Na grande maioria dos casos, o Golpe de Estado moderno consiste em apoderar-se, por parte de um grupo de militares ou das forças armadas em seu conjunto, dos órgãos e das atribuições do poder político, mediante uma ação repentina, que tenha uma certa margem de surpresa e reduza, de maneira geral, a violência intrínseca do ato com o mínimo emprego possível de violência física.³²

Sendo assim, entendemos que Golpe de Estado, faz uso da força armada de seu Estado contra tudo e todos que se opõem a nova ordem de poder; ordem essa que se caracteriza por uma mudança de liderança política. No processo de tomada de poder acontece em alguns casos o apoio ou a mobilização de setores políticos e da sociedade, como ocorreu no Brasil. Tivemos a criação do partido da ARENA, no qual faziam parte todos àqueles que davam suporte aos militares no poder e a elite e burguesia nacional, pois temiam a força crescente do Comunismo no país – ao menos esse era o discurso.

Outro fator de destaque seria o reforço da máquina policial ao regime autoritário, como a criação de órgãos de repressão: DOPS e o DOI-CODI, no Brasil, que investigavam, prendiam, perseguiram e torturavam cidadãos brasileiros. E por último, temos a neutralidade da democracia, que se expressa de inúmeras maneiras: casação de políticos e partidos, que também podem ser considerados ilegais, dissolução do parlamento, e fim dos direitos civis, como por exemplo, *habeas corpus*, liberdade de expressão.

2.2 DITADURA MILITAR:

Na antiguidade o termo Ditadura era usado pela República Romana em casos de extrema necessidade para a segurança de Roma, como por exemplo, em períodos de guerra. Neste caso, Roma escolhia um entre seus ‘pares’ para governar por um período de seis meses, podendo ser renovado por período semelhante, contudo, o Ditador Romano não tinha poderes ilimitados, prática do mundo moderno. Não se podia, por exemplo, impor tributos fiscais aos cidadãos, declarar a guerra, renovar ou mudar a constituição.

³² BOBBIO. p. 555, 556.

Sendo assim, podemos afirmar que a Ditadura não mais se encaixa nos regimes democráticos modernos, ao contrário, ela faz-se presença nos antidemocráticos e autoritários por excelência. Bobbio comentou: a Ditadura moderna não é autorizada por regras constitucionais: se instaura de fato ou, em todo o caso, subverte a ordem política preexistente. A extensão do seu poder não esta predeterminada pela Constituição: seu poder não sofre limites jurídicos.³³

No Brasil, inicialmente os militares disseminaram a idéia que estes permaneceriam pouco tempo no poder, pois apenas iriam reorganizar a estrutura política nacional, por exemplo, o AI nº. 1, não chegou a mexer no *habeas corpus*, não houve proibição da liberdade de imprensa ou civil. Contudo, na prática não foi o que se viu nas ruas do país, o jornal carioca Correio da Manhã, já denunciava torturas. No dia 1ª de abril a sede da UNE no Rio foi invadida e incendiada, em seguida, os órgãos de representatividade dos estudantes foi dissolvido, colocando o movimento estudantil na clandestinidade.

Os brasileiros que foram exilados sempre tiveram a imaginação, ou melhor, dizendo a ilusão de que a qualquer momento poderiam estar livres e voltar ao Brasil, pois o Regime Militar haveria acabado. No exílio, os encontros, as reuniões e suas discussões sempre tinham como tema o dia da volta – que seria breve; assim imaginavam. Provavelmente semana que vem, no próximo mês, no fim do ano ou mesmo ano que vem estaremos livre e poderemos voltar ‘pra casa’. Hoje sabemos que para esse desejo realizar-se foi preciso quase vinte anos, vinte longos, longos e duros anos fora de casa, de sua pátria, longe de sua gente.

Tempos depois um dos exilados, o jornalista Jose Maria Rabêlo³⁴ comentou que ambas as partes não sabiam o que fazer com o Brasil após o golpe dos militares. Estes não tinham idéia de como comandar o país. Não existia um plano a ser seguido, pelo menos essa era a impressão que passavam, afirmou o jornalista; já os militantes desconheciam como poder derrubar os militares. Rabêlo, ainda comentando que tal impressão também se

³³ BOBBIO. p. 368 – 379.

³⁴ MACHADO. p. 20.

devia, por que golpes anteriores tiveram curtíssima duração ou não tiveram êxito, o que levava os brasileiros a sonharem com o retorno ao Brasil.

Estou convencido de que os rumos assumidos pelo golpe de 64 eram desconhecidos até para seus próprios executores. O golpe ocorreu num contexto de temor da emergência popular que se verificava naquele instante no país, em todos os níveis, e do receio de que Goulart se prevalecesse da crise política, econômica e social que o país vivia, assumindo ele mesmo o comando de um golpe de Estado.³⁵

A terceira a existência. Na Roma a Ditadura existia até o momento em que a situação fosse controlada ou estabelece-se a paz; o mesmo não se pode dizer das Ditaduras Modernas que procuram prolongar sua estadia no poder o máximo possível. Veja o caso de Pinochet, no Chile, ou os militares no Brasil – mas o Brasil pode ser considerado um caso ainda mais a parte, por querer criar um ar de ‘legalidade’ ao criar uma alternância de nomes no cargo máximo do poder brasileiro; quando a cada ciclo um novo general assumia o controle da nação brasileira.

Continuando podemos apontar a diferença entre “Ditadura Constitucional” de “Ditadura Inconstitucional”. A primeira seria aquela criada e usada pelos romanos que possui uma duração predeterminada, e que esta contida numa democracia liberal; já e segunda, usada no mundo moderno, retira de sua existência a democracia, utiliza-se dos momentos de crise para tomar o poder e nele permanecer – o que não ocorre no antecessor. Este segundo modelo corresponde ao sistema implantando na América Latina pós 2ª Guerra Mundial. E principalmente com o receio norte-americano de que “seu continente” fosse banhado pelo manto vermelho do Comunismo, assim como fora em Cuba com a Revolução liderada por Fidel Castro e Che Guevara, contra Fulgêncio Batista em 1959.

A repressão dos militares foi de caráter bastante abrangente, não só no Brasil, mas em toda a América Latina. No Brasil tivemos uma ação organizada visando à destruição das Ligas Camponesas, movimento rural que buscava representar os interesses dos

³⁵ Ibid. p. 21.

trabalhadores rurais junto aos órgãos federais.³⁶ Posteriormente para não agravar ainda mais sua imagem junto aos trabalhadores do campo, a Ditadura Militar criou o Estatuto da Terra, objetivando uma reforma agrária e a implantação de uma política pública para o campo, todavia, essa lei e muitas outras acabaram não saindo do papel. Movimento sindical, as regiões sul e sudeste, onde tais mecanismos de defesa dos trabalhadores eram mais organizados e atuantes, sofreu todo tipo de repressão e perseguição. Entretanto, a Ditadura não atuava apenas no combate direto, muitas vezes buscava colocar pessoas “infiltradas”³⁷, que acabavam delatando os militantes, ou de maneira mais suave, com interventores nos grandes sindicatos.

Ao se falar em Ditadura Militar ou golpe de 64, uma das muitas palavras (valores humanos) que nos vem à mente, principalmente aqueles que viveram o período e dele sofreram algum tipo de repressão ou trauma, a Liberdade. Um conceito tão antigo quanto a civilização ocidental. Tão antiga porque também herdamos dos gregos. Valor este que esteve proibido na História do Brasil recente por 20 anos.

Gorender, em seu livro, Combate nas trevas, comentou que a violência ocorreu de ambas as partes. Os dois grupos procuram justificar seus atos pelas ações violentas do outro. O que não pode ser reconhecido como argumento válido. Assim, ele entende que a violência é causada pelo opressor, pois não existe violência do oprimido se não houver alguém ou algo que lhe repreenda. O que nos leva a citar o balanço final da violência do Regime Militar no país, seus números podem ser comparados a uma Guerra Civil qualquer da segunda metade do século passado:

(...) cerca de 50 mil pessoas submetidas a torturas físicas também por motivos políticos; 320 militantes de esquerda mortos pelos órgãos repressivos, incluindo 144 dados como ‘desaparecidos’; centenas de baleados em manifestações públicas, com uma parte incalculável de mortos; 8 mil acusados mais de 11 mil indiciados em 800 processos judiciais por crimes contra a segurança nacional; centenas de condenações a penas de prisão; 4 condenações a pena de morte; 130 banidos do território nacional; milhares de exilados; 780 cassações de direitos políticos por dez anos com

³⁶ Entrevista com sr. Mery Medeiros. Natal, 01/12/2008.

³⁷ Entrevista com sr. Florizel de Medeiros Júnior. Natal, 30/11/2008.

base em ato institucional; incontáveis reformas, aposentadorias e demissões do serviço público por atos discricionários.³⁸

No mundo contemporâneo Democracia possui três pensamentos políticos, de acordo com Bobbio. O primeiro seria a teoria clássica fundamentada em Aristóteles, na ideia de governo do povo, dos cidadãos. Diferente da monarquia, com o governo de um só, pois além de governar isoladamente, seus interesses são os únicos que tem valor. E a aristocracia, com o governo de poucos; em seguida temos a teoria medieval, de origem Romana, na base da qual há a contraposição de uma concepção ascendente a uma concepção descendente da soberania conforme o poder supremo deriva do povo e se torna representativo ou deriva do príncipe e se transmite por delegação do superior para o inferior;³⁹ por fim a teoria moderna de Maquiavel que nasce com o Estado Moderno. E este Estado deve ser governado pela monarquia e controlado pelo príncipe (de acordo com Maquiavel), fazendo inclusive uso da força se necessário, “os fins justificam os meios” (Maquiavel), e o príncipe deve ser mais temido do que amado; são os princípios básicos defendidos pelo Estado Moderno segundo a orientação de Maquiavel.

No ano de 1962, Cuba foi expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA), sob acusação de que disseminava a subversão – justificativa muito usada no Brasil do Regime Militar, para justificar determinadas posições e ações contra os cidadãos - pelo continente, embora contasse com apoio do México, por exemplo. Ao mesmo tempo os EUA do governo Kennedy lançou para a América Latina a Aliança para o Progresso, um programa de ajuda econômica que veiculavam ideais norte-americanos, numa tentativa de combater as influências da Revolução Cubana sobre outras regiões do continente.

Em Natal, a Aliança para o Progresso dentre outras atuações, distribuía alimentos para a população mais carente (leite em pó, cereais e outros), doação de verbas para a Educação do Governo do Estado (Aluísio Alves), e a criação dos Companheiros da Aliança, trabalho voltado para a classe dominante do Estado e todos aqueles veiculados a

³⁸ GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987.

³⁹ BOBBIO. p. 319.

essa aliança, teriam seus filhos mandados aos EUA por um ano. O ponto chave seria trabalhar os jovens para torná-los posteriormente aliados e defensores da aproximação norte-americana com os Latinos Americanos.

Um aspecto seguinte, que encontramos no Brasil pós-64 foi a “Ditadura Revolucionária”, centrada na figura de um só líder, ou, uma espécie de partido de caráter revolucionário, podem ser um grupo de dirigentes – como sucedeu no Brasil, quando os militares deram um golpe de Estado e assumiram o controle do país. Esse nome revolucionário, já havia sido inclusive usado no país. No golpe de Vargas em 1937, quando este pressentindo o fim de seu governo provisório arquitetou um plano contra o PCB, no qual divulgou a imprensa brasileira a existência do ‘Plano Choen’, tomada do poder pelos comunistas através da força armada.

O sexto ponto que podemos abordar sobre a Ditadura que também se fez presente no Brasil, foi à mobilização política da sociedade ou parte dela; e ao mesmo tempo reprimida, subjugada com força policial, com violência a todos que não concordassem, não aceitassem as novas diretrizes. O apoio foi dado por parte da classe média e pela elite nacional. A classe média temia o avanço dos comunistas, sem nem mesmo saber do que se tratava, pois a idéia de comunismo era bem distinta da realidade: eram taxados de marginais, pedófilos, arruaceiros, (segundo a elite burguesa nacional) e caso chegassem ao poder implantariam o Caos, a desordem no país. A população teria suas casas invadidas e seus estabelecimentos comerciais seriam tomados pelos comunistas. Já no campo espiritual, ficaram conhecidos por seguidores do diabo (de acordo com a Igreja Católica).

A mobilização ou controle social dava-se por inúmeras formas. Com a criação do Serviço Nacional de Informação (SNI), sua função básica seria controlar a vida social da população brasileira, ou seja, um dos princípios básicos da constituição era violado, o direito a privacidade. Seu idealizador o general Golberi do Couto e Silva, este órgão deveria coletar informações pertinentes à segurança nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna; e lutaria contra o inimigo interno.

2.3 EXILADOS, DESAPARECIDOS E ASSASSINADOS PELA DITADURA:

A autora Machado ao analisar a questão dos exilados brasileiros do golpe de 64 aponta três aspectos importantes e que definiram os rumos tomados pelos brasileiros que lutaram contra a repressão dos militares. Uma primeira leva de exilados ocorreu logo após o golpe de 64, quando o presidente do país na época João Goulart, políticos, alguns intelectuais e sindicalistas foram ‘convidados’ e deixaram o país temendo por suas vidas ou de seus familiares resolverem migrar para outros países – ou por iniciativa própria. O primeiro ponto de chegada foi o Uruguai, na divisa com o Brasil.

A proximidade com nossa república foi um dos motivos. Os momentos anteriores em que os militares tomaram o poder no país causaram a falsa impressão de que o mesmo voltaria a ocorrer. O governo provisório com os militares no fim do século XIX e XX em 1945 com a retirada de Vargas do cargo do Executivo. Em todos estes momentos rapidamente, os militares saíam de cena.

O segundo aspecto seria a atuação ativa de estudantes, operários e os militantes que em alguns casos se organizariam em grupos armados passando a enfrentar a Ditadura. Grupos MR-8, VAR-Palmars, ALN, M3G, PCB, PC do B, PCBR, e muitos outros. Estes grupos teriam ações importantes durante o Regime Militar, um dos pontos considerados importantes seriam os seqüestros de embaixadores estrangeiros no país usados como ‘moeda’ de troca por brasileiros presos ou mesmo para chamar a atenção da sociedade mundial sobre o que realmente ocorria no país.⁴⁰

Entretanto, como resultado desta política de ação direta contra os militares, a resposta foi bem agressiva. O AI-5 terminou por tornar insuportável viver no país com um mínimo de liberdade pública, privada ou política. Ivanilton Passos assim comentou: “(...) era muito ‘barra pesada’ em relação às questões políticas, quer dizer, não tínhamos o direito de pensar, de contestar.” Sua ação teve repercussões por um bom tempo, mesmo após sua extinção (AI-5). O evento de Lançamento do Comitê pela Anistia no RN, na Câmara Municipal de Natal, em 18/04/1979 pode ser entendido como um destes fatos. Na Câmara

⁴⁰ MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo** - Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo Editorial, 1991. 650 p.

Municipal há pouca informação do ato. A Ata da sessão do dia 18/04/1979 contém o discurso do vereador Dieb sobre a anistia. Vereador Armando Nobre Viana assim comentou o evento “ontem nesta casa, mesmo contrariando a opinião de alguns vereadores, reuniu-se o Comitê para Anistia, tendo-se constituído uma noite nefasta para o poder Legislativo, pois aqui compareceram Comunistas que desejam tão somente, fazer voltar a anarquia que reinava anteriormente no país.”⁴¹

Na pasta do vereador Sérgio Dieb, um dos defensores e edil atuante junto à luta pela volta da democracia na cidade e no país. Nada consta sobre o lançamento oficial do Comitê pela Anistia – evento que contou com a participação de Teresinha Zerbini, presidente do Movimento Feminino pela Anistia. No jornal Tribuna do Norte, no dia seguinte, consta apenas uma pequena nota comentando o ocorrido na Câmara de Vereadores.

Muitos são os desaparecidos durante o período da Ditadura. Este problema termina por levar-nos a outras questões não menos importantes. Como por exemplo, quantos são realmente os desaparecidos? Eles estão vivos ou mortos? Se mortos, em que lugar? Quem os assassinou como ocorreu, qual o objetivo: informação, delação de outros, não resistiram? Essas e outras questões estão sem resposta desde 1965, ou seja, a mais de quarenta anos.

Um trabalho de fundamental importância para o entendimento desta questão seria o livro de Nilmário Miranda, Os filhos deste solo, no qual sua pesquisa teve como objetivo discutir sobre os grupos de militantes que enfrentaram a Ditadura, seus membros, e principalmente quem eram de onde vinham, e o que ocorreu com eles (contudo, alguns ficaram sem conclusão por falta de informações). Dentro desta lista encontram-se muitos homens e mulheres do estado que lutaram, resistiram à ditadura e só restando suas famílias para lutarem por sua memória, e pelo direito a anistia.

Ivanilton assim comentou sobre os presos políticos de Natal da Ditadura Militar, que ele conheceu: “Juliano Siqueira, Glênio Sá, o Moises do PT um dos fundadores do PT. Essas pessoas que nós tínhamos uma ligação maior”.⁴²

⁴¹ Ata da 22ª Sessão ordinária do 2º período da nona legislatura: 19/04/1979.

⁴² Entrevista com sr. Ivanilton Passos. Natal, 28/11/2008.

Virgílio Gomes da Silva foi um exemplo, torturado e morto em 1969 no DOPS/SP. Era conhecido como “Jonas”, no filme “O Que é isso, Companheiro?”, ficou caracterizado como um homem frio e violento. Era tido como muito perigoso, por ter treinamento em Cuba, segundo arquivo do DOPS/RJ. Somente com o anexo da Lei 9.140/95 seu caso foi reconhecido.

Outro potiguar preso e torturado até sua morte Emmanuel Bezerra dos Santos, natural de São Bento do Norte interior do estado. Foi líder estudantil no RN ex-presidente da Casa dos Estudantes de Natal. Torturado até morrer no DOI-codi/SP, no ano de 1973, não deixou filhos. Teve parte de sua militância em Pernambuco, sendo um dos membros do PCR naquele estado. Nos anos 60 esteve presente no movimento das Ligas Camponesas, o que para sua mulher explica em parte o motivo de sua prisão.

O Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964 esclarece o seguinte:

Sobre Emmanuel: As fotos do Instituto Médico Legal mostram um corte no lábio inferior produzido pelas torturas, que o médico-legista Harry Shibata afirmou ser fruto de um tiro. Segundo denuncia dos presos políticos. Emmanuel foi morto sob torturas no DOI-Codi/SP, onde o mutilaram, arrancando-lhe os dedos, o umbigo, os testículos e o pênis.⁴³

Outro militante Edson Neves Quaresma, do VPR. Sua história iniciou-se quando do golpe de 64, ele e outros praças da marinha passaram a criar movimentos internos e causavam incomodo aos militares, foram presos por mais de um ano. Ao sair não mais voltou às forças armadas, ao contrário passou a enfrentá-la. Sua vida esteve muito ligada ao Cabo Anselmo. No fim de 1970 foi reconhecido por uma patrulha do DOI-codi, na Praça Santa Rita. “A equipe da repressão metralhou o automóvel que os conduziam, ferindo ambos. Edson, mesmo ferido, tentou correr, sendo alcançado pelos policiais que o assassinaram cruelmente.”⁴⁴

⁴³ MIRANDA. p. 218.

⁴⁴ ALVES, André, et al (org.). p. 110.

Da família Maranhão, tivemos o ex-prefeito (Djalma Maranhão), e seu irmão Luis Inácio Maranhão Filho. Ex-deputado pelo PCB do estado, advogado, jornalista e professor universitário – classe social muito perseguida e reprimida pela ditadura. Logo com o AI-5 foi cassado, no início do ano de 1974, de acordo com Nilmário Miranda, foi preso em Praça pública em São Paulo. Muitas vezes as ações ocorriam à luz do dia para todos verem, provavelmente táticas de pressão psicológica para impor o medo. Em contra partida, os militares buscavam legitimar sua Ditadura, como aconteceu com o caso deste ex-deputado, quando o deputado da ARENA, Garcia Neto, afirmava que o ‘governo’ apuraria os fatos e tomaria as providências necessárias: “o governo, de maneira alguma, pode ficar sem tomar providencias”.⁴⁵

Também do PCB, Hiran de Lima Pereira, natural de Caicó, foi casado com Célia e teve quatro filhas. Seu corpo aumenta a lista dos desaparecidos pós 64 no Brasil. De acordo com as informações as quais tive acesso, comenta Miranda, ele (Hiran) teria sido preso em 15/01/1975 e levado para interrogatório “no centro de torturas e execuções clandestinas do DOI-Codi/SP, na grande São Paulo, tendo seu corpo jogado ao rio próximo a Avaré [...] No Arquivo do Dops/PR, foi encontrado o nome de Hiran em uma gaveta com a identificação: falecidos.”⁴⁶

Uma das potiguares a ser presa, torturada sabe-se lá como, faleceu em 22/01/1973 DOI-Codi/PE, Anatália Melo Alves. A causa de sua morte provavelmente seria “asfixia por enforcamento”. Contudo ao analisar seu caso encontra-se como em muitas outras perguntas sem resposta e explicações absurdas. Seu corpo foi encontrado no chão do banheiro, com queimaduras de 1ª e 2ª graus na região pubiana, sua roupa estava queimada, e com ela encontrou-se a alça da bolsa usada provavelmente para o suicídio. Vamos às perguntas: ela não teria gritado com as queimaduras, o policial não comenta sobre fumaça, a alça não rompeu e por que ela estava no chão, por que estava com ela sua RG, já que um detido não fica com nenhum de seus pertences. Essas são algumas das perguntas que podemos levantar sobre o caso de Anatália (Miranda). Na época o jornal O Diário de Pernambuco, trazia uma

⁴⁵ MIRANDA. p. 324.

⁴⁶ Ibid. p. 328.

foto da bolsa e de sua alça, com a seguinte manchete: ‘subversiva suicida-se com alça da bolsa no banheiro’. Anátalia era da cidade de Martins interior do RN, mas viveu grande parte de sua vida em Mossoró, onde concluiu seus estudos em 1967. Miranda comentou que as queimaduras na virilha poderia ser um dos muitos mecanismos de tortura usados contras as mulheres, tanto com o sentido de conseguir informações, como tentar proteger a identidade do torturador.⁴⁷

Por fim temos o ex-prefeito Djalma Maranhão último prefeito de Natal eleito pelo voto direto e destituído do cargo pelo golpe de 64, com o apoio do governador, na época Aluísio Alves. Foi filiado ao PCB por algum tempo, foi fundador do jornal o Diário de Natal, e por fim filiou-se ao Partido Trabalhista Nacional (PTN) com o qual foi eleito prefeito da capital. Com o golpe teve seu mandato cassado, sendo levado preso para Recife. Lá se encontrava uma espécie de centro para o nordeste contra a repressão, muitos foram os presos políticos do Nordeste torturados pela Ditadura (Mery Medeiros).⁴⁸ No mesmo ano fim de 64 Djalma Maranhão foi liberado e junto com muitos brasileiros exilou-se no Uruguai, dentre os motivos estavam o fato do ex-presidente lá encontrar-se e ser um se não o maior ajudante de brasileiros que figuram da repressão. Faleceu em 1971, no Uruguai, não pode voltar para o Brasil, para sua terra Natal se não dentro de um caixão – sofreu uma parada cardíaca. Todos que com ele conviveram no exílio relatam a mesma informação sobre a vida deste potiguar: morreu de saudade de sua terra natal.

Relatamos um pouco sobre a trajetória de alguns potiguares, mas o que podemos detectar sobre suas história seria a variação de métodos empregados contra os militantes que se opuseram contra a Ditadura: uns não sabemos onde estão os corpos e o que foi feito deles; outros sofreram traumas que passaram anos para poder depor o que passaram, contudo, mesmo passados mais de 30 anos outros não querem comentar, pois a tortura esta bem viva em sua memória. Anátalia Melo Alves e Virgilio Gomes da Silva, por exemplo, foram assassinados brutalmente nos porões da Ditadura e não temos como saber o que de fato sucedeu. Pessoas como Djalma Maranhão morreu no exílio.

⁴⁷ MIRANDA. p. 381.

⁴⁸ Entrevista com sr. Mery Medeiros. Natal, 01/12/2008.

2.4 VIDA NO BRASIL: Militantes, Formação do Comitê Nacional Pela Anistia.

Foi com o general Ernesto Geisel que o Brasil passou a ter um pouco mais de liberdade, pois este encaminhou reformas que com o tempo foi minando o poder da ‘linha-dura’ dos militares; aboliu a censura previa a imprensa, o que ajudou e muito a sociedade brasileira a ter conhecimento dos fatos que ocorriam no país; mas por outro lado este foi um dos generais que mais fez uso do AI-5.

No fim dos anos 70 a atividade repressiva dos militares estava diminuindo, pois no próprio seio das forças armadas havia setores que concordavam com a idéia de se caminhar para uma abertura política, Geisel e o general Golbery seu sucessor estava entre os que assim pensavam.

No início de 1978 seria criado no Rio de Janeiro o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), por Iramaya Benjamin, mãe de dois filhos exilados. Este comitê ganharia apoios importantes a sua causa, como da Igreja Católica, através da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – principalmente na figura do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, que escreveu o prefácio do livro Brasil: Nunca Mais; dos estudantes, através da reorganização dos movimentos estudantis; da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); da Associação Brasileira de Imprensa (ABI); alguns políticos também entrariam neste apoio, como o senador Teotônio Vilela, o deputado Roberto Freire, aqui no estado teria o vereador Sérgio Dieb, e o deputado Roberto Furtado, posteriormente.

Sem esquecer da advogada Terezinha Zerbini, fundadora do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), que esteve presente em Natal quando do Ato de lançamento do Comitê pela anistia na Câmara Municipal em 18/04/1979, assim afirmam os depoentes, Ivanilton Passos e Florizel de Medeiros.

Alguns meses depois, em Salvador, Bahia, aconteceria um Encontro Nacional dos Movimentos Pela Anistia, com representação de vários dos grupos já existentes no país: Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e outros estados. Após o encontro de Salvador, tínhamos a concretização de um projeto que há algum tempo vinha ganhando espaço junto à população brasileira, mas com a Carta de Salvador, estes teriam pontos que passariam a ser seguidos, tendo como objetivo final a anistia para todos

os brasileiros que foram presos, torturados, exilados ou que estivessem desaparecidos, fosse ao país ou fora dele.

A Carta de Salvador pedia por uma anistia AMPLA, GERAL E IRRESTRITA. A explicação para estas palavras de ordem seria: AMPLA, para todo ato de manifestação contra a Ditadura Militar no Brasil; GERAL, para todos aqueles que sofreram algum tipo de represálias dos militares; IRRESTRITA, sem nenhuma exceção, preconceito ou discriminação contra qualquer cidadão brasileiro. Contudo, o que se observou foi que a anistia terminou por beneficiar mais os que atuaram junto ao regime do que contra seus opositores. Os torturadores, os militares, os policiais que seqüestraram, mataram, executaram os cidadãos brasileiros que lutaram por seus ideais (comenta Ivanilton) foram os reais contemplados.

Uma prova disto pode citar o caso do preso Maurício Anísio, único preso do RN que não foi contemplado pela lei de Anistia de 1979 e que teve de fazer greve de fome por 11 dias, até que seu estado de saúde agravasse tanto, que precisou de atendimento médico.

Somente em 4 de dezembro de 1979, em razão do benefício do Livramento Condicional concedido pela Auditoria da 7ª Circunscrição Militar, que acolheu parecer do Conselho Penitenciário do Estado fundamentado no voto do então conselheiro Ítalo Pinheiro, é que Maurício Anísio, afinal, foi libertado.⁴⁹

Este processo de fim de Ditadura Militar, com destaque para o processo de abertura política e luta pela anistia, devemos entender que não foi um simples ato de benevolência dos militares, mas sim parte de todo um projeto que se iniciou com a queda do AI-5. Todavia, merece destaque esclarecer o tipo de distensão por eles propostos. Os militares buscavam uma “abertura lenta, gradual e segura”. Porém o que estava em jogo para a Ditadura seria uma possibilidade de continuar a exercer influência no governo brasileiro após sua saída.

⁴⁹ ALVES, André, et al (org.). p. 43.

A discussão sobre Golpe de Estado envolve todo um jogo político de luta pelo poder, ou seja, aqueles que fazem parte dele de alguma forma ou que deles dependem buscam sempre mecanismos que possam aumentar seu poder dentro do Estado. Os interesses privados, militares permeiam essa disputa. Bobbio aponta uma questão importante e que merece certa atenção, o fato do Estado Moderno ser mais complexo, por outro lado o torna mais frágil: por isso deve ser vigiado continuamente para que grupos ou indivíduos não submetam os cidadãos aos seus interesses. O uso da força armada, da repressão e as teorias de Maquiavel estão sempre presentes neste projeto de poder.

Alguns exemplos desta influência ou poder de impunidade seriam: os combates travados contra os Movimentos dos Sem-Terra pelo país; as chacinas cometidas diariamente nas cidades por todo o Brasil sem que os culpados sejam identificados, processados e condenados à prisão por seus atos; a 'ineficiência' dos órgãos de segurança pública em combater crimes que envolvem principalmente o tráfico de drogas; e por ultimo, as ações ordenadas e comandadas pelos policiais nas periferias das cidades, com seqüestros, assassinatos e extorsão a população de menor poder econômico.

CAPÍTULO 03

Corresponde ao último capítulo da pesquisa é nele que se encontra o objeto principal da pesquisa. Aqui abordaremos de maneira rápida e sucinta o Brasil dos militares até o início dos anos 80, relacionando sempre com Natal, que é o espaço de atuação do Comitê pela anistia analisado.

Com relação a Natal e ao Comitê as discussões serão referentes às primeiras reuniões do comitê: onde acontecia, o porquê dos lugares, quem participava o que se discutia e suas ações praticas na luta contra a derrubada do regime militar. Ao mesmo tempo trataremos da questão dos ‘infiltrados’, pessoas ligadas a Ditadura por meio dos órgãos de repressão que buscavam minar, acabar com a resistência ao sistema autoritarista que comandava o país.

E sobre a saída da clandestinidade do movimento, por que quando o Comitê saiu das ruas para reunir-se na sede da OAB, não mais atuava de forma clandestina, o congresso havia aprovado a Lei da Anistia aos presos políticos no país. Finalizando a pesquisa com o ato de lançamento oficial do Comitê pela Anistia na Câmara Municipal de Natal, contando com a participação de várias pessoas locais e de prestígio nacional.

3.1 O BRASIL E NATAL PÓS-64:

Iniciaremos nossa discussão pelo conceito de democracia de Bobbio, para entendermos o que motivava e pelo que lutavam os brasileiros. A república democrática brasileira pré-64, seria uma das bandeiras de luta dos militantes políticos nos 20 longos anos de Ditadura no Brasil.

“... por Democracia se foi entendendo um método ou um conjunto de regras de procedimento para a construção de Governo e para a formação das decisões

políticas (ou seja, das decisões que abrangem a toda a comunidade) mais do que uma determinada ideologia”.⁵⁰.

Na política contemporânea as idéias de Democracia contêm alguns aspectos quase que unânimes nos Estados. Norberto Bobbio cita alguns: um órgão máximo de poder que seria escolhido através do voto pelos cidadãos; conjunto de outras instituições com dirigentes escolhidos pelo voto; todo cidadão com idade mínima exigida poderá exercer sua cidadania sem nenhuma restrição quanto à cor, sexo, religião, censo ou outro mecanismo de exclusão; o voto tem o mesmo peso para todos os cidadãos; todo cidadão tem o direito de exercer sua liberdade na escolha de seu representante, ou seja, sua opinião deve ser respeitada e exercida; o princípio da maioria numérica deve prevalecer em todo e qualquer tipo de eleição, contudo os critérios de maioria devem ser previamente estabelecidos; por fim o governo deve ter a confiança do seu Parlamento ou do Poder Executivo, além do povo que lhe elegeu.⁵¹

Continuando Bobbio, comentou sobre a grande questão por trás da idéia de Democracia no âmbito político, “o como” e não “o que” decidir, pois com uma inversão saímos do regime democrático. O sistema democrático pode conter suas falhas, todavia, é inaceitável o sistema de repressão, tortura e terrorismo, por exemplo, criado no Brasil pós-64 pelos militares. Para Bobbio, a forma perfeita de democracia seria aquela que se unificam ao mesmo tempo os fatores formais e substâncias da democracia.⁵²

Com o AI nº. 2 (17/10/1965) dentre outras medidas, podemos destacar a extinção dos partidos políticos no Brasil, e a criação do bipartidário com a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). O primeiro serviria aos interesses dos militares que passariam a comandar o país até a década de 1980; e o segundo partido estaria contido os políticos que de alguma forma procurariam fazer oposição ao Regime Militar.

⁵⁰ BOBBIO. p. 326.

⁵¹ BOBBIO. p. 327.

⁵² Ibid. p. 329.

Quando da tomada do poder pelos militares, Aluísio Alves governaria o Rio Grande do Norte. Este chegou a apoiar o movimento militarista que tomou o poder do presidente João Goulart. O mesmo não ocorreu com o prefeito de Natal, na época Djalma Maranhão – morreu no exílio do Uruguai de saudade de sua terra e povo. Machado comenta o depoimento de Darcy Ribeiro sobre Djalma Maranhão:

“Djalma Maranhão vivia em função do Rio Grande do Norte, esperando uma carta do Rio Grande do Norte. Seu sofrimento era total. Sofria até com o clima; para um nordestino o frio do Uruguai é insuportável. Ele tentava durante todo o dia sintonizar uma estação brasileira, num rádio de muito má qualidade. Não para ouvir as notícias, que ele nem conseguia captar, mas o tom, o som da língua brasileira. Só queria ouvir sua gente falando, e não fazia nenhum esforço para aprender a língua do país em que estava. Morreu diante de um aparelho de televisão, triste e só, num quarto. Morreu de exílio”.⁵³

No dia 29/07/1964, o prefeito Djalma Maranhão foi levado para interrogatório com o Bel. Carlos Moura de Moraes Veras. Delegado vindo de Pernambuco, teria feito curso na CIA, sobre espionagem, tortura, contra-espionagem e outros – segundo a historiografia nacional. Com ele veio José Domingos, ambos ficaram no RN responsáveis pelo Relatório Veras, que indiciou e prendeu inúmeros cidadãos potiguares, tendo o aval do então Governador Aluísio Alves. Tal projeto estava ligado à política de boa vizinhança com os EUA. O que explica no estado a forte presença da Aliança para o Progresso.

Neste contexto de organização de forças mundiais e nacionais, o depoente Mery Medeiros já atuava junto as Ligas Camponesas, sindicatos e grupos de estudantes. Sua militância iniciou-se cedo com a organização de jornais em escolas, ou atuação junto a sindicalistas – sua adolescência foi vivida de acordo com os valores revolucionários.⁵⁴

Em seu depoimento o ex-prefeito Djalma Maranhão comentou conhecer e ter amizade com muitas lideranças Nacionais: Leonel Brizola, Miguel Arraes, Seixas Dórias, João Goulart, Almina Afonso e outros. Alguns ficaram presos com ele em Pernambuco

⁵³ MACHADO. p. 33.

⁵⁴ Entrevista com sr. Mery Medeiros. Natal, 01/12/2008.

como Miguel Arraes e Seixas Dórias. Em seu inquérito muitas foram as indagações feitas ao prefeito de Natal. Este por sua vez mostrou convicção e serenidade como pode ser observado num trecho de seu depoimento.

[...] que como prefeito de Natal mantinha relações com pessoas de todos os créditos políticos e camadas sociais, inclusive com esquerdistas, direitistas, nacionalistas e apolíticos também (...) que simbolicamente instalou na Prefeitura o chamado Quartel General da legalidade, onde foram instalados três aparelhos receptores para acompanhar o desenrolar dos acontecimentos (...) que sobre a revolução Cubana é opinião que sendo pela auto-determinação dos povos, cada país tenha o regime que desejam (...) ⁵⁵

O governador do RN soube trabalhar sua atuação junto ao novo regime ditatorial que assumia o controle da nação. Por outro lado reconhecia os serviços prestados pelo presidente deposto, afirmava que somente as forças armadas poderiam estabelecer novamente a tranqüilidade e paz no Brasil. A mesma posição não tomou o prefeito da capital Djalma Maranhão que desde o primeiro momento atuou de forma clara e direta contra as forças golpistas militares. O prefeito chegou inclusive a declarar que a prefeitura passaria a ser a sede contra a resistência na luta pela liberdade da democracia. ⁵⁶

No ano seguinte edição do AI nº3 (05/02/1966), estabelecia eleição indireta para governadores dos Estados pelas Assembléias Legislativas Estaduais, e os governadores indicariam os prefeitos das capitais; foram os Governadores Biônicos, e junto a esses os Senadores Biônicos, indicado pelo governador e ratificado pelos militares em Brasília. Tal prática consolidou o controle dos militares nos Estados, por que somente aquele que tivesse alguma ligação direta aos militares seria gracejado com cargos políticos locais ou regionais – toma-se como o exemplo, o Governador Cortez Pereira, que teve seu nome aprovado pelos militares após uma análise de sua vida política no Estado, suas posições ideológicas e o aval do senador Dinarte Mariz.

⁵⁵ GÓES, Moacir de (org.) **2 livros de Djalma Maranhão no exílio**. 1 ed. Natal: Artprint, 1998. p. 279, 280, 281.

⁵⁶ GÓES. 1998. p. 175.

Se analisarmos com um pouco mais de atenção veremos que os AI's, foram uma maneira encontrada pelos Militares de legalizar, justificar a retirada dos direitos democráticos dos cidadãos brasileiros como sua liberdade no sentido amplo da palavra; extinguir a democracia dentro do Estado Brasileiro. Fazendo uma breve reflexão entendemos que na década de 1960 o parlamento no Brasil que tinha 140 anos de vida. Mas desde a Proclamação da República o Brasil conhecia o regime representativo, mesmo com pouca representatividade.

“... Democracia compatível com o Estado Liberal, isto é, com o Estado que reconhece e garante alguns direitos fundamentais, como são os direitos de liberdade de pensamento, de religião, de imprensa, de reunião, etc, fosse a Democracia representativa ou parlamentar, onde o dever de fazer leis diz respeito, não a todo o povo reunido em assembléias, mas a um corpo restrito de representantes eleitos por aqueles cidadãos a quem são reconhecidos direitos políticos.”⁵⁷

Desta forma nos regimes democráticos representativos encontramos um mesmo caminho percorrido. Ou busca-se uma abrangência do direito ao voto, que de início seria restrita, mas com o tempo as reivindicações passariam a englobar setores excluídos pelos mais variados critérios (sexo, cultura, censo monetário e outros) até atingir o sufrágio universal – trajetória semelhante ao Brasil -, ou então, na criação de órgãos representativos, instituições criadas para abarcar os representantes eleitos pelo voto. Mas ambos os métodos chegam a soberania popular.⁵⁸

Um problema chave no processo de construção seria a inconstância do exercício da democracia. Com a Independência em 1822, a escravidão continuou; a representatividade era mínima principalmente com o voto censitário. Na república, com o voto aberto tínhamos as eleições ‘a bico de pena’, por exemplo, exclusão das mulheres e analfabetos; e por fim os anos de governo Vargas, com o golpe de 1937 o manteriam no controle da nação

⁵⁷ BOBBIO. **Dicionário de Política**. p. 323 – 324.

⁵⁸ Ibid. p. 324.

por mais alguns anos. Por essas razões afirmo não termos uma tradição democrática no país.

Na década de 1970 os prefeitos foram indicados pelo governo biônico, o primeiro foi Ubiratan Galvão, engenheiro que administrou a cidade por pouco tempo e pediu demissão do cargo, sendo substituído por Jorge Ivan Cascudo Rodrigues e o último do regime militar foi Vauban Bezerra de Faria até a primeira eleição direta em 1982, vencida por José Agripino. A década de 70 foi marcada pelo chamado “Milagre Brasileiro”, período de grande desenvolvimento econômico do país, junto ao cenário mundial, o que acabou por ajudar e muito a Ditadura do Brasil, por que a classe média que havia apoiado o golpe de 64, com as melhorias superficiais econômicas continuariam a apoiar ainda mais o regime antidemocrático.

O chamado “milagre” durou de 1969 à 1973, período que casou com o cenário mundial favorável, crescimento econômico mundial, expansão da produção de petróleo no mundo. O comércio exterior entrava em expansão, pois necessitava aumentar seu mercado. Desta forma, o Brasil soube em parte aproveitar tais circunstâncias, em parte por que logo em seguida a calmaria que se apresentava, mostrou-se apenas um ensaio para uma grande tempestade na economia global.

O depoente Florizel de Medeiros ao lembrar da vida em Natal nos anos 70 comentou a dificuldade que os jovens tinham de lazer. A diversão era restrita basicamente a passeio a praias, bares e ao Cine Clube Tirol, para assistir filmes. No período era comum, festas nos grandes clubes da cidade como do América, do ABC ou Aero Clube. Mas, a juventude da cidade nas palavras de Florizel assim vivia esses eventos: “reuniões decadentes de uma juventude alienada politicamente”.⁵⁹

Delfim Neto e sua equipe souberam aumentar o PIB (Produto Interno Bruto), mas não realizaram a segunda parte do plano, a distribuição de renda, provavelmente por não ser parte do projeto. Na segunda metade da década o mundo assistiria a guerra entre os capitalistas e comunistas, disputando territórios na Ásia e buscando aumentar suas zonas de influência mundial.

⁵⁹ Entrevista com sr. Florizel de Medeiros Júnior. Natal, 30/11/2008.

O “milagre” procurou diversificar os produtos brasileiros no mercado mundial, até 1960, somente o café era responsável por metade do valor das exportações do Brasil; outro ponto seria o aumento considerável da arrecadação de Tributos por parte dos militares.

Como fatores negativos do “milagre”, podemos destacar o relatório do FMI (Fundo Monetário Internacional) que no início dos anos 70 criticou o planejamento econômico brasileiro, justamente por não priorizar a inflação, ou seja, o que o FMI quis dizer foi que, enquanto o cenário internacional fosse bom não haveria problemas, mas quando a recessão chega-se o Brasil teria conhecimento dos problemas a resolver, como de fato ocorreu; um segundo ponto seria a dependência do mercado internacional, somando-se os empréstimos contraídos no período; e a famosa idéia de que se deveria primeiro fazer o bolo crescer para depois repartir, e a justificativa seria de que sem haver crescimento pouco ou nada se tinha para distribuir – foram necessários 30 anos para que houvesse um governo disposto a mostrar que o contrário seria o mais viável, o governo do presidente Lula, com sua política de distribuição de renda. Seus programas sociais que abrangem principalmente pequenas localidades do país estão provando que o crescimento econômico pode ser feito desenvolvendo as regiões por meio de distribuição de renda e recursos. As pequenas cidades e municípios que antes não possuíam nenhum tipo de comércio local ou mesmo perspectiva futura, hoje estão acumulando e fortalecendo as receitas municipais com pequenos recursos, porém fundamentais ao desenvolvimento sustentável local.

Tal fator nos leva ao último problema criado pelo fenômeno do milagre, a falta de políticas públicas e programas sociais. O Brasil entraria no cenário mundial numa posição relativamente destacada pelo seu potencial industrial e por outro lado, com baixos indicadores de saúde, educação e habitação, fatores básicos que medem a qualidade de vida de um povo. Para citar como exemplo, os jornais tanto o Diário quanto a Tribuna do Norte, no período de 04/1979, traziam como manchetes, ou reportagens de destaque em seus cadernos, temas como: formação de grupo de mendigos e retirantes organizando-se para invadir cidades como Mossoró; problemas na área da educação, professores em greve.⁶⁰ O problema da seca no Estado, falta de recursos destinados as regiões, falta de apoio dos poderes públicos; em Natal, grande discussão sobre os Tíquetes de estudantes, enquanto,

⁶⁰ DIÁRIO DE NATAL. 19, abr, 1979.

que professores e estudantes tinham seus interesses voltados para questões mais pontuais e fundamentais ao processo educacional do município.⁶¹

O segundo governador biônico foi Tarcísio Maia, formado em medicina na Bahia, criou sua força econômica em Mossoró como pecuarista. Havia sido anteriormente deputado federal por duas vezes. A sua nomeação foi uma tentativa de tentar aproximar a ARENA local dos militares, justamente por existir algumas divergências entre a Ditadura e o RN. As divergências seriam: tentar retirar o estado da condição de exportador de matérias primas, e o velho discurso das secas, segundo alguns o grande problema a ser resolvido.

Comenta-se que seu governo ficou conhecido por “Paz Pública” com os Alves, o outro grande grupo político do Estado, mesmo tendo seu líder cassado pelos militares, o ex-governador Aluísio Alves. Entretanto, esta família não estava morta politicamente, o comando do grupo passado ao seu filho, Henrique Eduardo Alves. O poder desta família concentrava-se principalmente nos meios de comunicação: um jornal e uma rádio.

Com a paz firmada com os Alves, e estes sem terem quase nenhuma chance de chegar ao poder estadual Tarcísio Maia articulou o seu sucessor, um primo da mesma cidade que ele, Catolé do Rocha, interior da Paraíba. Lavoisier Maia, que assumiu em 1979 – ano de Lançamento do Comitê pela Anistia no Estado - fora seu secretário de Saúde, trazendo como vice o empresário Geraldo Melo; além de indicar, seu filho José Agripino para prefeito de Natal. Devido a sua influência junto às classes dominantes e o prestígio com os militares fizeram com que tal período fica-se conhecido na História Política recente do estado como oligarquia dos Maias.

⁶¹ TRIBUNA DO NORTE. 18, abr, 1979; TRIBUNA DO NORTE. 19, abr, 1979.

3.2 AS PRIMEIRAS REUNIÕES:

As primeiras reuniões, clandestinas eram anunciadas boca a boca pelos militantes informando o “ponto” e o horário. Por isso na formação do comitê só havia a presença de companheiros de confiança.⁶²

A idéia da formação do comitê potiguar pela anistia partiu de pessoas como o professor Juliano Siqueira, e alguns de seus alunos, comentou o ex-aluno, hoje pesquisador do IBGE Ivanilton Passos. No fim dos anos 70, era apenas um garoto com uns 16 anos mais ou menos – segundo o depoente. Assim como muitos outros estudantes, do período militar Ivanilton Passos iniciou sua militância política jovem, “Eu comecei a estudar as teorias marxistas e me interessar pela vida política, bem como trabalhar na tentativa da derrubada do Regime Militar”.⁶³

Esses jovens estudantes, como Ivanilton, Florizel, Rossana Sudário (hoje promotora de Meio Ambiente), sua irmã Rose Sudário, o ex-vereador Sérgio Dieb (falecido no fim dos anos 80 num acidente de carro no interior do Estado. Morte muito estranha que continua até hoje sem explicação). Ivanilton tinha uma ligação mais forte com parte do grupo, de acordo com o depoente ao longo do processo de formação do Comitê pela Anistia, foram chegando novos atores a participarem do movimento, principalmente no início dos anos 80 com a legalidade do movimento. “Eu tinha muita ligação com o pessoal do PC do B, Glênio Sá. Naquela época os partidos eram todos clandestinos. Era o pessoal que eu tinha uma maior ligação. Inclusive o grupo de Juliano Siqueira.” Comentou Ivanilton Passos.

O depoente Florizel de Medeiros lembrou uma boa quantidade de membros que iniciaram o comitê pela anistia em Natal:

Juliano Siqueira (um dos líderes, e professor de Historia na cidade, e com articulações com políticos de esquerda em todo o Brasil); Sérgio Dieb; Rossana Sudário; Rose Sudário; Moisés Domingos; Ivanilton Oliveira; Marluce; Marconi

⁶² Entrevista com sr. Florizel de Medeiros Júnior. Natal, 30/11/2008.

⁶³ Entrevista com sr. Ivanilton Passos. Natal, 28/11/2008.

Rocha; Walter Medeiros; Ana Valcácia; Wladir Gomes; Sávio Ximenes; Volonté; Fátima Arruda; Manuel do Vale; Glênio Sá; Giovani; Rizolete Fernandes (que durante algum tempo foi secretária) e eu.⁶⁴

Deste grupo saíram ou dele faziam parte pessoas que seriam posteriormente vereador como Dieb, Moisés, professor Universitário; Florizel, bancário; Ivanilton, pesquisador do IBGE; e tantos outros.

Florizel de Medeiros que também participou do comitê desde sua fundação, iniciou sua militância política cedo, em Brasília junto a outros estudantes, na primeira greve do país desde 68. Esta ocorreu em 1977, antes da organização do comitê local pela anistia. Florizel no período voltou para Natal abandonando o curso que fazia na UnB. Este nunca foi preso, mas conheceu outros que foram. Os presos que ele lembra: Moisés Domingos, Glênio Sá e Juliano Siqueira⁶⁵, todos do grupo de formação do comitê pela anistia.

Muitos foram os presos políticos em todo o país, e Natal não foi diferente. Seu professor Juliano Siqueira na época chegou a ser preso, junto com outros. Ivanilton chamou a atenção para um fato importante. Com a prisão destes como ficariam suas famílias, como elas sobreviveriam, pois de acordo com os decretos dos militares alguns destes cidadãos chegaram a passar dez anos presos. Nesse momento o grupo que iniciou o movimento pela formação do Comitê em Natal pela anistia, teve uma atuação fundamental.

Ivanilton, juntamente com amigos de escola como o Florizel de Medeiros por ele citado no depoimento e outros que se encontravam na clandestinidade ou eram ex-presidiários passaram a vender pela cidade produtos artesanais fabricados pelos detentos da Ditadura como alternativa tanto para sua sobrevivência na prisão, mas também para ajudar as famílias destes que estavam presos ou em “liberdade”. Trabalho de assistência lembrado pelo depoente Mery Medeiros.

⁶⁴ Entrevista com sr. Florizel de Medeiros Júnior. Natal, 30/11/2008.

⁶⁵ Entrevista com sr. Florizel de Medeiros Júnior. Natal, 30/11/2008.

(...) imagine, você preso a família passando necessidade, você não conseguir emprego naquela época eram poucas instituições particulares que podiam ceder algum trabalho para você. Existia uma perseguição muito grande em relação a onde você trabalhava onde você estudava.⁶⁶

Uma das contribuições desta monografia foi dar voz a membros do Comitê pela anistia que até então estavam esquecidos. Ivanilton, Florizel, Volonté, Marcone Rocha, Rossana Sudário e outros ainda não haviam dado sua contribuição histórica ao movimento pela anistia. Estes são membros presentes desde sua fundação. Juntamente com eles estavam ex-presos políticos, militantes políticos mais velhos, guerrilheiros do Araguaia, por exemplo. Na Ata da fundação constam seus nomes. Florizel chegou a ser um dos membros a redigirem de próprio punho as Atas das Reuniões, que ocorreram inicialmente no beco por trás do colégio Churchill, no centro da cidade, ou numa oficina de móveis na Rua Jovino Barreto, na qual seu proprietário participava das reuniões. Assim comentou Florizel de Medeiros.

Essas reuniões tinham pontos práticos, não ficavam apenas no campo teórico. Formavam grupos que visitavam os presos para além de darem apoio moral; levam informações dos familiares; ajuda de custo, com o dinheiro conseguido pela venda dos produtos de artesanato por eles fabricados na prisão.⁶⁷ Busca por novos membros que pudessem ajudar de alguma forma no projeto pela anistia e abertura política no país, políticos como o ex-vereador Sérgio Dieb, que na Câmara Municipal seria uma voz em defesa da democracia no Brasil, dos presos, perseguidos, torturados, exilados e desaparecidos – muitos dos quais ainda hoje se encontram nesta situação.

Florizel ao ser perguntado sobre a formação comenta que ela estava ligada ao processo que tomava conta do país, no fim da década de 70 “O grupo foi se formando a partir de uma tendência nacional, os militantes locais eram poucos, conhecidos desde os tempos de estudante.”⁶⁸ Movimentos de contestação a Ditadura, grupos que passaram algum tempo parados, mas que neste momento estavam se articulando para voltarem com

⁶⁶ Entrevista com sr. Ivanilton Passos. Natal, 28/11/2008.

⁶⁷ Entrevista com sr. Mery Medeiros. Natal, 01/12/2008.

⁶⁸ Entrevista com sr. Florizel de Medeiros Júnior. Natal, 30/11/2008.

força máxima. Então, os grupos seriam de pessoas que já se conheciam, estudantes, amigos, ex-presos políticos.

3.3 OS INFILTRADOS:

Os entrevistados comentam sobre o perigo que passaram quando principalmente da formação do grupo que criou o comitê, era fim da década de 70 e a repressão era ‘pesada’ na cidade, “poucas pessoas tinham realmente coragem de enfrentar a Ditadura Militar” palavra de Ivanilton. O perigo dos infiltrados estava no fato de o comitê ser democrático, inicialmente não havia líder, nem hierarquia, assim comentou Florizel. O entrevistado foi categórico: “Não tinha como evitar a presença, pois tinha a prerrogativa de ser uma entidade democrática”.⁶⁹

Nas reuniões as questões eram levantadas ou expostas rapidamente, pois os militares tinham o conhecimento de grupos formando-se por todo o país para trabalharem pela anistia e volta da democracia no Brasil. As reuniões eram frequentes, mudando às vezes seus pontos de encontro, para dificultar o acompanhamento dos militares. Ivanilton comenta que inicialmente não havia a presença de ‘infiltrados’, homens enviados pelos militares para descobrir quem e o que se planejava contra a Ditadura no Brasil. O grupo era pequeno e todos se conheciam assim comentaram os entrevistados.

Com relação a repressão o depoente Florizel de Medeiros lembrou-se de uma expressão usada nas Universidades quando da chegada de espiões da Ditadura. Segundo o depoente gritava-se: “Olha o Urubu!”⁷⁰ Mecanismo de defesa, e alerta aos demais companheiros sobre a presença de informantes dos militares, geralmente ligados a (ASI). O órgão de informação e repressão dentro de instituições.

⁶⁹ Entrevista com sr. Florizel de Medeiros Júnior. Natal, 30/11/2008.

⁷⁰ Entrevista com sr. Florizel de Medeiros Júnior. Natal, 30/11/2008.

3.4 REUNIÕES NA SEDE DA OAB NATAL:

Antes de chegar a sede da OAB, as reuniões eram de caráter clandestino, porque havia uma atuação forte contra esse tipo de grupo no país. O que os forçava a mudar sempre de ponto de encontro: rua a trás de uma escola no centro da cidade (Churchill); pequena fábrica de móveis na esquina da Princesa Isabel com Juvino Barreto; na garagem da casa de Rossana e Rose Sudário. Num momento posterior o grupo foi para a sede da OAB.

Com o tempo, o comitê já havia conseguido sair das ruas da cidade para um ponto fixo, a sede local da OAB. Dois fatores devem ser entendidos como importantes, quando de sua chegada a OAB. Florizel comentou além da OAB outras entidades civis ajudavam os militantes na luta contra a Ditadura: “Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB).”⁷¹ O primeiro seria a possibilidade de ganhar uma melhor estrutura para poder trabalhar junto aos presos, familiares e conseguir novas adesões; o segundo ponto seria a proteção que a Ordem dos Advogados poderia dar ao comitê e seus membros. O responsável por essa conquista foi o ex-deputado Roberto Furtado (advogado), que algum tempo depois de formado o comitê passou a integrá-lo, chegando a ser presidente do comitê.

Neste período o comitê contava com a participação de grupos ligados a partidos políticos que atuavam na clandestinidade, como por exemplo, Moisés Domingos, quando da abertura política e o fim do bipartidarismo no país ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT). Outros como Ivanilton, devido as suas convicções ideológicas continuou a lutar pelas causas sociais sem ligação ou filiação a nenhum partido político até hoje, comentou o entrevistado.⁷² Como também havia membros que atuavam junto ao único partido político existente na época além da ARENA, o partido aos quais os militares eram ligados, que seria o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

⁷¹ Entrevista com sr. Florizel de Medeiros Júnior. Natal, 30/11/2008.

⁷² Entrevista com sr. Ivanilton Passos. Natal, 28/11/2008.

3.5 ATO DE LANÇAMENTO NA CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL:

A Câmara cedeu a muito contra gosto, pois a maioria dos vereadores eram canalhas que apoiavam a Ditadura e só obtivemos a liberação do salão dos atos graças a intervenção do vereador Erico Hackradt.⁷³

Desabafo de Florizel sobre a dificuldade em realizar o evento, na Câmara Municipal. Para ele, o evento tinha uma representação mais do que simbólica ou de ‘afrota’ a Ditadura, ela representava a luta pela liberdade, pela democracia direitos inerente a todo cidadão. Lutar pelos seus ideais, foi a mensagem que este grupo passou as gerações futuras.

Ao analisar a Ata do dia 18/04/1979, encontramos o orador Sérgio Dieb, do MDB lembrando um Manifesto do Congresso Nacional pela Anistia, documento lido por ele na tribuna. Em seu discurso, o vereador lembra de valores como democracia e liberdade fundamental a um país que se diz democrático, quando na verdade não passa de um engodo. Comenta da luta dos trabalhadores por melhores salários; dos estudantes e sindicatos que buscam seu direito a liberdade de expressão; a atuação da igreja junto ao movimento.⁷⁴

E ele comenta sobre o preço pago por tais faltas a nação: “(...) censuras, demitidos, reformados, exilados, banidos, presos, torturados, perseguidos mortos e desaparecidos: este é o saldo de 14 anos de arbítrio e violência”.⁷⁵ Ao terminar a leitura do documento Dieb, é categórico ao falar: “fim das torturas, fim da legislação”.⁷⁶ A discussão esquentada, quando o vereador Dieb, comenta que o pai do atual presidente da república já foi beneficiado com a anistia e o ex-presidente Costa e Silva também. Imediatamente o vereador da ARENA Armando Viana, afirma ser este ‘discurso subversivo’, ou seja, usou o discurso que marcou

⁷³ Entrevista com sr. Florizel de Medeiros Júnior. Natal, 30/11/2008.

⁷⁴ Ata da 22ª Sessão ordinária do 2º período da nona legislatura: 18/04/1979.

⁷⁵ Ibid. 18/04/1979.

⁷⁶ Ibid. 18/04/1979.

a Ditadura Militar no Brasil, sempre na falta de argumentos contra os militantes, estudantes, o cidadão comum ou políticos do MDB.

O ato na Câmara Municipal pelo Comitê pela anistia, deve ser compreendido, como parte de um projeto mais amplo. Não se pode tentar apreendê-lo isoladamente. Desde o golpe em 64, grupos políticos, estudantes, militantes (Ligas Camponesas, por exemplo – Mery Medeiros) e sociedade civil esteve na luta contra a Ditadura implantada pelos militares. Os 20 anos de opressão e tentativas de alienação dos cidadãos brasileiros não foram assistidos passivamente.

O PCB foi um exemplo, durante boa parte do século passado atuou na clandestinidade, com Vargas e com os militares, para citar dois momentos. Entretanto, atuante na luta em defesa do povo brasileiro. Em alguns desses momentos chegou até a mudar de nome para poder exercer seu direito de participar da vida política nacional. As Ligas Camponesas, foram quase que destruídas pelos militares nos anos de chumbo vividos pelo Brasil, lutou pelos homens e mulheres trabalhadores do campo, que nada mais buscavam do que terem seus direitos validados.

A culminância do projeto pela anistia ocorreu em 18/04/1979 com a vinda de Terezinha Zerbini - Comitê Nacional pela Anistia (CBA), 02/1978, Rio de Janeiro, presidente do Movimento Feminino pela Anistia. Tal evento aconteceu na Câmara Municipal de Natal, contando com a participação de muitos militantes da cidade que foram prestar seu apoio ao lançamento oficial do comitê.

O ato de lançamento do Comitê, de fundamental importância no jogo político de transição do período militar marcado pela Ditadura, repressão, opressão a sociedade brasileira mereceria ao menos um pouco mais de destaque junto aos meios de comunicação e informação ao povo da capital. Contudo, não foi o que conseguimos detectar junto aos jornais da época, ao menos os de grande circulação na cidade.

Na sessão do dia 19/04/1979, o tema da anistia retornou a tribuna. O vereador Armando Viana aproveitou o discurso da vereadora anterior que lembrou a figura de Tiradentes que foi um patriota, na causa pelo Brasil livre e independente segundo eles. Para contrastar com o evento do dia anterior, o lançamento do Comitê pela Anistia na cidade. O

vereador protesta “(...) contra o manifesto lido na Sessão anterior, pelo vereador Sérgio Dieb, por considerá-lo um atentado ao regime democrático e que envergonha o país.”⁷⁷ E o vereador continua e termina por considerar um absurdo, um ato subversivo [novamente o mesmo argumento, grifo nosso] tentar abolir a Lei de Segurança.⁷⁸ Neste dia diferente da sessão anterior o vereador Dieb, não teve o mesmo direito do vereador Viana em ter um aparte no pronunciamento do vereador que discursava na tribuna.

Uma reflexão feita por Ivanilton e que merece atenção seria o fato de muitos militantes continuarem ainda hoje, quase 30 anos da fundação do Comitê local pela anistia, lutar para ser reconhecido e ‘ser contemplado’ pela Lei de Anistia de 1979: “E hoje é que. Muitas vezes hoje é que a gente esta tentando conseguir anistiar, ter direitos políticos pessoas que foram perseguidas, massacradas pelo Regime Militar”.⁷⁹

O jornal do dia seguinte da tribuna soltou uma pequena nota sobre o tema da anistia, provavelmente por pertencer ao grupo político que se beneficiou e muito com os anos de Ditadura no país e mais precisamente no estado. Sem querer fazer um juízo de valor o jornal Diário de Natal no mesmo dia deu uma maior ênfase ao evento da Câmara de Vereadores, ao explicar melhor o tema.

O jornal Diário de Natal comenta a análise de um membro da ARENA sobre o tema anistia. Assim ele falou: “(...) Trata-se de matéria delicada, que envolve aspectos complexos, inclusive na sua definição legal. No que tange aos militares a tendência parecer ser a de encampar solução semelhante àquela adotada por Vargas, em 45. Alias, o senador Jarbas Passarinho costuma dizer que Vargas deu a anistia com uma mão e a tirou com outra”.⁸⁰

Observamos que o processo pelo qual passou o comitê pela anistia desde suas primeiras reuniões conseguiu de certa forma alcançar seus objetivos. Pois trouxe para si os ex-presos políticos que ajudavam os companheiros presos principalmente em Pernambuco.

⁷⁷ Ata da 22ª Sessão ordinária do 2º período da nona legislatura: 19/04/1979.

⁷⁸ Ibid. 19/04/1979.

⁷⁹ Entrevista com sr. Ivanilton Passos. Natal, 28/11/2008.

⁸⁰ DIÁRIO DE NATAL. 19, abr, 1979.

Organizou a militância política na cidade, contando com ajudas fundamentais, estudantes, entidades de classe, OAB, AIB, IAB, e a Igreja que durante boa parte do regime militar esteve neutra as questões que envolviam o país.

Os depoentes Mery Medeiros e Ivanilton Passos abordam um ponto importante, ao analisar que o Brasil não mudou para os objetivos que lutaram por tantos anos, e que muitos camaradas deram suas vidas para alcançar tal meta. Entretanto, houve inúmeros avanços sociais, políticos. A volta da liberdade e democracia já valeu a luta. Estamos apenas no início da caminhada, estamos concretizando a democracia, mas ainda falta resolver muitos problemas inclusive a anistia dos presos políticos.

CONCLUSÃO

O golpe de 1964 foi um golpe brutal no processo democrático, social e de projeto político no Brasil. Tomemos como exemplo, a cidade de Natal. Por mais que fosse pequena na época, e com poucos recursos, o prefeito que fora eleito pelos cidadãos através da via democrática. Criou uma forma de administrar que ainda hoje, mais de 40 anos não é esquecida pelo seu povo. O prefeito não fazia mágica com os recursos da prefeitura, ou mesmo fazia valer-se de empréstimos que poderiam num futuro próximo desestruturar as finanças do município – como aconteceu com o país, com a crise mundial dos anos 70, um ponto final no ‘milagre brasileiro’.

Djalma Maranhão usou da criatividade, da motivação do povo, de algo conhecido hoje que se encontra inclusive na moda, orçamento participativo, ou seja, discutia junto à população suas principais necessidades, e alternativas soluções para seus problemas. Se a cidade não possuía bibliotecas e faltavam recursos ao município, a prefeitura procurava a população. Realizava campanhas de doação de livros; alguns bairros não tinham as ruas calçadas, então pedia-se a colaboração das pessoas, quem pude-se ajudava com material e outros com mão-de-obra. Atitudes como estas transformam rapidamente a qualidade de vidas das pessoas.

Se analisarmos o conceito antigo sobre a idéia de governo republicano com eleição de representantes (voto), verá que, transferir seus poderes de cidadão para outro por meio de eleição, nada mais é do que depositar-lhe não só sua confiança, mas elegê-lo (escolhe-lo) como seu representante na busca por soluções para os problemas sejam eles quais forem do lugar onde você vive. A transferência de poder do cidadão para outro representá-lo pode não ser a melhor, contudo é a melhor alternativa que dispomos.

O golpe dos militares foi essencialmente isto, colocar uma barreira entre o cidadão e sua liberdade de escolha por seus representantes. As perseguições políticas, torturas, banimentos, exílio, perseguição e extinção dos partidos políticos foram os mecanismos que deram suporte ao projeto militar de controle da nação por 20 longos anos – projeto bem elaborado que buscou ‘criar um ar de legalidade’ na política nacional. Os anos de “Guerra

Fria”, colocou o mundo numa situação complicada, Capitalismo X Socialismo. E para a América Latina pobre dela, como se dizia “tão perto dos EUA e tão longe de Deus”. Não deveria ter sido um problema, mas terminou por ser. A Revolução Cubana, ao mesmo tempo em que apresentava uma alternativa política ao American Way of Life, também fez com que o Tio Sam voltassem seus olhos não só para as disputas territoriais com os Russos, mas para a possibilidade real do Comunismo ganhar espaço nas Américas.

E no Brasil a resposta veio com a atuação da Aliança para o Progresso, principalmente no nordeste com destaque para Natal. Seu discurso apontava para uma nova possibilidade real de crescimento e desenvolvimento para a América Latina. Na reunião dos Estados Americanos no início dos anos 60, os EUA comprometiam-se em investir milhões no continente, trazendo desenvolvimento, estabilidade econômica, e qualidade melhor de vida para toda essa população. O que se viu na prática foi quase nenhum avanço nos dados usados para medir o nível do progresso no continente sul-americano. A Aliança para o Progresso foi na verdade um mecanismo usado para conter o avanço de ideais que não fossem adequadas aos interesses de Washington.

A Aliança escolheu o nordeste brasileiro por ser uma região pobre economicamente e socialmente. Além é claro de ter administrações públicas que causavam temor ao presidente americano – o prefeito de Natal, Djalma Maranhão e o Governador de Pernambuco Miguel Arraes, por exemplo, ambos depositos pelo golpe e em seguida presos.

O resto da América Latina ao longo da década de 60 seguiu o mesmo caminho do Brasil, golpes militares, alguns até mais violentos. Como Chile e Argentina, por exemplo. As Ditaduras Militares tinham por trás o aparato ideológico e financeiro da Casa Branca. Homens eram enviados para fazerem cursos sobre temas como terrorismo, interrogatórios (com relação a esse tema eles devem ter tirado boas notas), infiltração em movimentos armados de esquerda. Em Natal tivemos o Relatório Veras. Delegado de Pernambuco, veio para Natal a pedido do então Governador Aluisio Alves para cuidar de assuntos referentes à segurança nacional no estado – tudo indica que este delegado tenha participado de algum curso oferecido pelos EUA (segundo Mery Medeiros).

A reação da esquerda no Brasil: o movimento armado, os grupos políticos se articulam, os comitês pela anistia. Inicialmente a luta contra o golpe não teve uma grande atuação nem organização, por que dentre os fatores a esquerda não esperava por esta atitude, os grupos estavam isolados; além dos partidos políticos encontrarem-se exilados em sua maioria. Junte o fato da famosa ilusão de que rapidamente os militares abandonariam o espaço político nacional, o que não ocorreu. O movimento armado quando tomou corpo, já era tarde demais, pois os militares haviam conseguido apoio de parte da sociedade brasileira civil, igreja, classe média (com o discurso da proteção contra o comunismo).

O processo de abertura iniciou-se, de dentro da Ditadura, da ala menos conservadora. É importante lembrar que os benefícios por mais que tivessem ocorrido manifestações e uma luta constante contra o Regime Militar, foram os próprios que criaram condições para a conclusão da distensão política. Vale mencionar que somente com o fim do ‘milagre’ setores sociais passaram a questionar o controle dos militares sobre a nação. Neste momento, a Igreja Católica até então que fazia vista grossa passou a questionar os casos de tortura e prisões. A classe média que somente na segunda metade da década de 70 passou a apoiar os militantes, estudantes, políticos e intelectuais contra a Ditadura. Emmanuel Bezerra dos Santos torturado até a morte; Edson Neves Quaresma assassinado; Hiran de Lima Pereira desaparecido e Anatólia Melo Alves torturada até a morte e tantos outros. Então se passou a discutir os rumos que o Brasil havia tomado, e quais as alternativas existentes além dos militares. Foi neste contexto que o Comitê Feminino de Zerbini, e o Comitê pela Anistia de Iramaya Benjamin começaram ganhar espaço nas discussões e interesse da população.

Temos então a formação do Comitê Norte-Rio-Grandense pela Anistia, fundado em 1979, por professores, estudantes (Florizel de Medeiros, Ivanilton Passos, Marcone Rocha, Volonté), militantes, políticos e ex-presos políticos. O membro do Comitê Moisés Domingos, hoje professor do departamento de Ciências Sociais da UFRN, assim comentou sobre este período: “Uma história tão recente, mas sobre a qual se fala pouco ou quase nada” A luta destes homens e mulheres com o tempo quase que entrou no esquecimento da população junto daqueles a quem tentaram ajudar de todas as formas que puderam

arriscando suas vidas, lutando por ideais, pela liberdade pela democracia que havia se perdido no tempo a 20 anos.

Os membros do Comitê e o Comitê juntamente com os que eles tentaram ajudar ainda hoje quase 30 anos depois (próximo ano comemora-se os 30 anos da formação do Comitê pela Anistia). Lutam para anistiar presos políticos, desaparecidos, e também, mas não menos importante enquadrar na Constituição Brasileira os torturadores que arruinaram, destruíram a vida de milhares de brasileiros e centenas de famílias muitas das quais nem sabe o paradeiro do corpo de seus entes queridos, não podem sequer tentar sepultar o corpo destes.

BIBLIOGRAFIA:

ALVES, André, et al (org.) **Anistia 20 anos:** um resgate da luta no Rio Grande do Norte. 1 ed. Natal: Sindicato dos Bancários, 200.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história:** especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 07 – 21, 106 – 124, 132 – 179.

_____. **O Projeto de Pesquisa em História:** da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 236 p.

BRASIL: NUNCA MAIS. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política.** Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Grianfranco Pasquino; tradução Carmen C. Varriale, ... [et al.] coord. de tradução João Ferreira; revisão geral João Ferreira e Luís guerreiro Pinto Cascais. 4ª ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1998. v. 01. 655 p.

_____. **Dicionário de Política.** Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Grianfranco Pasquino; tradução Carmen C. Varriale, ... [et al.] coord. de tradução João Ferreira; revisão geral João Ferreira e Luís guerreiro Pinto Cascais. 4ª ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1998. v. 02. 653 p.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (coord.). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 508 p.

FONTOURA, Carlos Alberto de. Depoimentos. **In: A VOLTA aos quartéis:** a memória militar sobre a tortura / Introdução e organização Glauco Ary Dillon Soares, Maria Celina D'Araújo, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1995. p. 259 – 261.

GÓES, Moacir de (org.) **2 livros de Djalma Maranhão no exílio.** 1 ed. Natal: Artprint, 1998.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas:** a esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos:** o breve século XX: 1914 – 1991; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 11 – 28, 421 – 446.

MACHADO, Cristina Pinheiro. **Os Exilados:** 5 mil brasileiros á espera da anistia. Prefácio Luiz Eduardo Greenhalgh. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. 129 p.

MARTINS, Roberto Ribeiro. **Liberdade para os Brasileiros** – Anistia Ontem e Hoje. (Coleção Retratos do Brasil v. 115). 2ª ed. Rio de Janeiro. Editora: Civilização Brasileira, 1978. 198 p.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo** - Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo Editorial, 1991. 650 p.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. . **Repressão e Diplomacia:** Brasil, Estados Unidos e a experiência do Golpe de 1964 no Rio Grande do Norte. Projeto História (PUCSP), São Paulo, v. 29, p. 593-605, 2005.

SIQUEIRA, Deoclécio Lima de. Depoimentos. **In: A VOLTA aos quartéis:** a memória militar sobre a ditadura a abertura / Introdução e organização Gláucio Ary Dillon Soares, Maria Celina D’Araújo, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1995. p. 263 – 265.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. Introdução ao livro: A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura. **In: A VOLTA aos quartéis:** a memória militar sobre a abertura / Introdução e organização Gláucio Ary Dillon Soares, Maria Celina D’Araújo, Celso Castro. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1995. p. 7 – 41.

STEPAN, Alfred C. **Os militares da abertura á nova república;** tradução de Adriana Lopez e Ana Luíza Amendola. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VICENTE, Orlando (dir.). **BASE** Biblioteca de Auxílio ao Sistema Educacional. 1ª ed. São Paulo: Livraria Editora Iracema Ltda, 2007. p. 319 – 320.

Entrevista com sr. Ivanilton Passos. Natal, 28/11/2008.

Entrevista com sr. Florizel de Medeiros Júnior. Natal, 30/11/2008.

Entrevista com sr. Mery Medeiros. Natal, 01/12/2008.

DIÁRIO DE NATAL. 18, abr, 1979.

DIÁRIO DE NATAL. 19, abr, 1979.

TRIBUNA DO NORTE. 18, abr, 1979.

TRIBUNA DO NORTE. 19, abr, 1979.

TRIBUNA DO NORTE, 15, ago, 1979.

Ata da 22ª Sessão ordinária do 2º período da 9ª Legislatura. Realizada a 18 de abril de 1979.

Ata da 23ª Sessão ordinária do 2º período da 9ª Legislatura. Realizada a 19 de abril de 1979.

ANEXOS



Foto cedida pelo depoente Florizel de Medeiros Júnior, arquivo pessoal. Manifestação ocorrida no centro de Natal.

Entrevista com sr. Ivanilton Passos. Natal, 28/11/2008.

01. Boa tarde? Estamos iniciando o depoimento de um dos fundadores e organizadores do Comitê Norte Rio-Grandense pela Anistia.

Boa tarde.

02. Seu nome completo?

Ivanilton Passos de Oliveira.

03. Qual sua idade no fim dos 70? Você era estudante ou já trabalhava?

Bom, quando nos iniciamos a organização do Comitê de Anistia eu estudava no científico, Juliano Siqueira era meu professor de História. Nos quando iniciamos a organização eu tinha aproximadamente 16 anos de idade.

04. Como e quando você iniciou sua militância política?

Aproximadamente aos 14 anos. Eu comecei a estudar as teorias marxistas e me interessar pela vida política, bem como trabalhar na tentativa da derrubada do Regime Militar.

05. Você atuou em alguma organização militante?

Eu tinha muita ligação com o pessoal do PC do B, Glênio Sá. Naquela época os partidos eram todos clandestinos. Era o pessoal que eu tinha uma maior ligação. Inclusive o grupo de Juliano Siqueira.

06. Qual era o grupo de Juliano Siqueira?

Juliano como meu professor, na época era ligado ao Partido Revolucionário, o Partido Comunista. Ele passou por vários, foi preso em Recife. E na época o que nos tentávamos organizar aqui, talvez numa forma mais ligada ao anarquismo na época. Estava se iniciando na época junto com Florizel de Medeiros que na época era um Anarquista, então nosso trabalho não tinha digamos assim uma linha política, uma corrente, nos estávamos mais ligados a Bakunin, do que a seguir as orientações de um partido.

07. Você foi preso político? Você conhece alguém que foi preso?

Não fui preso. Mas esse grupo a maioria deles foi preso. Eu não fui inclusive era muito jovem na época.

08. Você lembra o nome de alguns deles?

Bom, os presos políticos da época você tinha: Juliano Siqueira, Glênio Sá, o Moises do PT um dos fundadores do PT. Essas pessoas que nos tínhamos uma ligação maior.

09. Esses presos falavam algo sobre tortura na prisão?

Glênio Sá principalmente, ele e Juliano foram bastante torturados.

10. Você saberia informa que tipo de tortura eles sofreram?

Inúmeras não é?! Uma pausa juntamente com o movimento da cabeça para baixo, como uma espécie de sinal de tristeza pela lembrança dos sofrimentos pelos quais seus amigos passaram.

11. Qual sua profissão hoje?

Hoje eu sou pesquisador do IBGE. Minha profissão sou economista e também professor.

12. Professor de qual instituição?

Professor Universitário, da área de Comércio Exterior.

13. Quais lembranças vêm a sua mente quando se fala neste período?

Um período muito difícil para a sociedade brasileira e que poucas pessoas tinham realmente coragem de enfrentar a Ditadura Militar. Os mais jovens estavam iniciando na vida política e alguns mais antigos mais havia uma grande dificuldade para você trabalhar na organização devido à repressão que era muito violenta. Principalmente nesse período na década de 70, onde nos começamos a organizar o Comitê pela Anistia.

14. Como se deu sua atuação junto ao processo de formação do Comitê pela Anistia no Estado?

Nós iniciamos esse comitê. Eu participei desde a primeira reunião. Iniciamos-nos primeiramente nas calçadas atrás do colégio Churchill, posteriormente nos conseguimos a sede da OAB, quando foi aumentando o número de colaboradores. A maioria eram ex-presos políticos, participantes de Guerrilha do Araguaia e militantes dos partidos clandestinos a época e jovens iniciantes como eu, como Florizel que éramos mais ligados a uma linha anarquista.

15. Fale um pouco sobre sua vida e de como era viver em Natal no fim dos anos 70 e início da década de 1980.

Natal era uma cidade tranqüila, em parte em relação aos problemas sociais que existem hoje. Mas, era muito 'barra pesada' em relação às questões políticas, quer dizer, não tínhamos o direito de pensar, de contestar. Eu inclusive fui estudar na UFRJ, e fui morar no Rio de Janeiro, participei de movimentos do Rio. A repressão sempre foi muito forte no Rio e em São Paulo. Porque Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente o Rio era de onde partiam muitos dos movimentos naquela época, principalmente ligados a área estudantil. Então Natal passou a ser para mim uma iniciação, por que quando eu fui para o Rio no fim dos anos de 1979 e início dos anos 80, foi quando eu tive uma participação maior na vida política.

16. Sua ida para o Rio de Janeiro, foi antes ou depois da formação do Comitê no estado?

Foi depois da formação do Comitê.

17. A repressão militar na cidade era atuante?

Era sim. Em todo o país ela sempre foi muito agressiva. Quando eu iniciei era muito jovem, 16 anos 17 anos, e os mais velhos que já tinham passado por séries de torturas, tinham sofrido bastante a repressão do Regime Militar. E o que nos sabíamos é que nos estávamos nos arriscando bastante em prol de ideais, de mudanças, de tentar ajudar aqueles companheiros, aqueles camaradas que estavam presos, então, o movimento também tinha

uma forma de nos trabalharmos vendo os produtos que eles fabricam de artesanato, levar alguma ajuda além de tentar conseguir a anistia para os presos.

18. Como vocês conseguiam os artigos por eles produzidos?

Eles enviavam, nós tínhamos companheiros que iam até os presídios conseguir esse produtos, e nós vendíamos, era uma forma de ajudar para mandar algum dinheiro que auxilia-se na sua sobrevivência, inclusive das famílias desses camaradas, desses companheiros que estavam presos. Era uma forma de ajudar tanto da sua sobrevivência, quanto de sua família. Nós lutávamos não somente para tentar a ANISTIA GERAL E IRRESTRITA, mas também para que conseguíssemos nossos objetivos e liberdade dos companheiros; e as famílias tivessem durante esse período a condição de sobrevivência, que dizer você imagine, você preso a família passando necessidade, você não conseguir emprego naquela época eram poucas instituições particulares que podiam ceder algum trabalho para você. Existia uma perseguição muito grande em relação a onde você trabalhava onde você estudava. A Universidade possuía a Assessoria de Segurança Interna (ASIA) – algo assim -, você desde o início; a primeira disciplina era EPB já para analisar sua visão política. A juventude que vivia naquela época vivia constantemente vigiada, policiada. Você no seu trabalho, tinha um sistema de segurança, nas Escolas e também nas Universidades ocorria o mesmo processo.

19. E as primeiras reuniões dos militantes, como aconteciam quem participava o que vocês discutiam?

Bom, inicialmente nós tentamos agregar companheiros e havia muita dificuldade naquela época para se conseguir formar um grupo, então o grupo tinha como base ex-presos políticos, pessoas que já tinham passado por processo de prisão, tortura e os jovens que estavam iniciando a vida política. Então primeiro conseguir aumentar esse grupo e depois de tentar organizar, passar a buscar trabalhar junto a famílias desses presos políticos de várias formas. E o movimento foi crescendo em nível de Brasil, foi se expandindo até que nós conseguimos o nosso objetivo pelos menos teoricamente ou em parte, que foi a Anistia Geral e Irrestrita.

20. Quais os lugares escolhidos?

O centro da cidade, no beco atrás da Escola Churchill, foi o início.

21. Existia alguma frequência para as reuniões?

Existia sim uma frequência. Tínhamos-nos a assinatura de Atas, inclusive eu assinei desde a primeira Ata da fundação. E era disciplinado, organizado.

22. Quem organizava?

O grupo, o grupo que iniciou. Principalmente eu, Florizel, Juliano Siqueira, Moises, Glênio Sá.

23. Sobre os “infiltrados”. Saberá informar, quais os interesses destes nas reuniões?

Não. Não me lembro de nenhum, o grupo era todo conhecido, o que aconteceu, foi que depois de certo período, que veio já a decadência do Regime Militar, então aumentou a participação bastante e posteriormente a fundação de outros partidos políticos, mas a época que nos vivíamos na clandestinidade esse grupo era bastante restrita. Pessoas representantes de vários seguimentos da sociedade e de luta contra o Regime Militar aqui na cidade. Natal por ser uma cidade pequena todos eram praticamente conhecidos

24. Como se fazia “para evitar a presença dos ‘infiltrados’”?

O grupo de esquerda era bastante restrito e limitado e nós nos conhecíamos, então não existia pelo menos no início uma maneira de infiltração dos órgãos de segurança. Eles sabiam que o objetivo era a anistia e que os participantes a maioria já tinha sido presos políticos. Mas, nos não tínhamos essa preocupação, por que todos nós nos conhecíamos, éramos pessoas ligadas ao setor artístico, estudantes, professores. Professores que conseguiam algum emprego de professor. Por que até isso naquela época, para você conseguir um emprego, para que alguém lhe desse um emprego era um sacrifício.

25. A partir de quando e através de quem houve acesso a sede da OAB em Natal para as reuniões?

Eu me lembro que foi a partir de Roberto Furtado e foi ele um dos que encabeçou essa conquista de ter pelo menos essa proteção da Ordem dos Advogados, também Juliano Siqueira à frente.

26. Na época dessas reuniões na OAB, também era discreta?

Era, por que o comitê iniciou praticamente em 77 aproximadamente. Você ainda estava num período do Regime Militar bastante repressivo. Não eram todas as pessoas. Você tinha companheiros que tinham idéias revolucionárias, pessoas de pensamento político independente, marxistas. Mas era difícil de expor, quando houve o início da decadência do Regime Militar, então essa freqüência, esse número de freqüentadores aumentou bastante.

27. Lembra-se do Ato de lançamento na Câmara Municipal?

Foi quando veio à professora Terezinha Zerbine se não me engano. Nós nos reunimos naquele Bar e Restaurante que tinha na Rua Campos Sales perto da Câmara Municipal, quando ela veio, pois era ela que organizava esse movimento em nível de Brasil. Naquela época tinha um número de bastante representativo e significativo e o movimento já tinha ganhado corpo em praticamente todo o país. Ela foi uma das organizadoras. Eu conheci também pessoas interessantes da Universidade que passavam a compor o movimento pela anistia, então foi um período realmente de luta, organização. E hoje é que. Muitas vezes hoje é que a gente esta tentando conseguir anistiar, ter direitos políticos pessoas que foram perseguidas, massacradas pelo Regime Militar.

28. Você lembraria o nome de pessoas que estavam presentes? Quais políticos estavam presentes. O comitê teve o apoio geral da Câmara?

Era um grupo já razoavelmente grande. Tinha eu, Florizel, Volonté, Juliano, uma colega lá do Curso de Biologia. A minha memória pra nomes não é muito boa. Roberto furtado era um grupo bastante representativo. Tinha alguns políticos, o Roberto Furtado.

29. Tem alguma foto desse período ou documento do Comitê?

Não, mas eu um grande interesse na Ata de fundação. Inclusive eu soube que teve evento e eu não fui convidado, eu um dos fundadores, iniciantes realmente do movimento do Comitê pela Anistia. Até hoje todo evento que tem nós não somos convidados. Não sei se Florizel é. Nós que fomos desde a primeira reunião, junto com Juliano um dos fundadores.

30. Passados todos esses anos que importância tem na sua vida valores como Liberdade e Democracia?

Isso é muito importante, é um exemplo pra juventude. No caso eu e Florizel na época, Florizel um pouco mais velho do que. Na época eu tinha uns 16 anos. E nos lutamos enfrentamos um período em que você na escola, na Universidade tinha uma repressão, então o interessante é que com nosso pensamento revolucionário conseguimos mudar aquela sociedade que existia. Nos não conseguimos a sociedade que nos pretendemos que existe neste país, uma sociedade mais justa, uma sociedade com uma visão socialista. Infelizmente a esquerda brasileira, por isso que eu não me filiei a nenhum partido político. Eu preferi ficar numa tendência mais anarquista, devido à elitização da esquerda, Pós Queda do Regime Militar e o importante é você lutar pelos seus ideais. Nos conseguimos mudar muito da sociedade que existia com o regime político daquela época, quer dizer, hoje se nos não alcançamos as transformações sociais que pretendíamos, pelo menos nos temos uma sociedade em que você pode emitir sua opinião, ter seu pensamento, você pode criar seu partido político, você vive num sistema democrático. Embora que, o que mais nos queríamos acabar, reduzir com a miséria social nesse país, com o analfabetismo, a mortalidade infantil. Se você quer uma sociedade mais justa, mais humana nos ainda estamos bastante distante de conseguir.

31. Que tipo de aprendizado você tem a repassar aos jovens sobre a sua experiência de vida na luta pela Anistia no Rio Grande do Norte?

Bom, o interessante é você lutar pelo seu ideal, lutar pelos interesses da sociedade, pelo aprimoramento da sociedade e manter a perseverança. Então nós tínhamos embora um

grupo reduzido. Nos tínhamos uma definição, nos tínhamos um objetivo. Hoje se percebe o que na maior parte dos jovens, uma alienação muito forte, em termos de ideal, de visão de sistema de idéias, você não percebe isso. Na época nos tínhamos já, com 14, 15 ou 16 tínhamos um sistema de idéias, nos tínhamos uma idéia de pensamento marxista, nos tínhamos uma influência do Bakunin, pensamos numa forma de mudar através do anarquismo. Então você tinha jovens com razoável conhecimento, que tinham um ideal. Hoje boa parte da juventude, o que se percebe? É uma alienação, o lazer. Na época uma das formas de mudança à arte a cultura. Tínhamos um colega, que montou na praia do Meio uma Galeria de Arte. Chamado de Dunga, ele criou uma galeria. Então através da arte você ia até a Praia do Meio e lá naquele paredão você podia expor seu trabalho. A arte também era uma forma revolucionária. Uma maneira de você tentar transformar a sociedade. Existia várias formas, nos usávamos várias formas de tentar mudar a sociedade. Principalmente quando eu fui para o Rio de Janeiro participar de movimentos estudantis, eu era da UFRJ então lá era o centro, lá era o maior, se desenvolviam várias estratégias de trabalho, de organização do movimento revolucionário no contexto geral.

32. No caso para finalizar vou deixar a câmera ligada para o sr. fazer as considerações finais, ou expor sobre algo que não tenha sido comentado.

O movimento como todo ele teve um objetivo e conseguiu crescer em todo o país. Foi o movimento da anistia e felizmente quando esse movimento é bem realizado ele conseguiu pelo menos em parte seu objetivo, conseguiu um nome. E algumas pessoas que entram no movimento, já quando ele está concretizado, organizado, tiram digamos assim proveito esperando que a sociedade, como acontece com os partidos políticos, como aconteceu com os partidos políticos. Mais, num contexto geral, o movimento pró-anistia, ele foi um movimento muito bem organizado e conseguiu seu objetivo principal. Eu me sinto feliz de ter sido um fundador, um dos fundadores com apenas 16 anos. E saber que a nossa causa, realmente até hoje nos estamos. Continuamos nessa luta para se fazer justiça por alguns camaradas, companheiros que foram bastante prejudicados, assassinados, torturados pelo Regime Militar.

Entrevista com sr. Florizel de Medeiros Júnior. Natal, 30/11/2008.

01. Boa tarde.

Boa.

02. Seu nome completo, por favor?

Florizel de Medeiros Júnior.

03. Qual sua idade no fim dos 70? Você era estudante ou já trabalhava?

Na época, 19 anos. Abandonei a UnB e o emprego na Caixa.

04. Como e quando você iniciou sua militância política?

Através do Movimento Estudantil, principalmente após ter participado da greve de 1977 na Universidade de Brasília, a primeira no Brasil após 1968.

05. Em que organizações você militou?

Movimento Feminino pela Anistia, Comitê Norte-rio-grandense pela Anistia, Coletivo Gregório Bezerra.

06. Você já foi preso político? E Já como se deu a prisão e quando foi libertado? Se não você conheceu algum preso ou perseguido político?

Nunca fui preso, apesar de ter conhecido diversos presos políticos, alguns dos quais foram torturados.

07. Você foi torturado, ou conhece alguém torturado pela Ditadura?

Posso citar Moisés Domingos, Glênio Sá e Juliano Siqueira.

08. Qual sua profissão hoje?

Voltei à Caixa através de outro concurso, em 1981.

09. Quais lembranças vêm a sua mente quando se fala neste período?

Que, infelizmente, a juventude atual pouco ou nada sabe sobre a ditadura militar.

10. Você saberia informar o nome dos primeiros membros do grupo que iniciou o Comitê pela Anistia em Natal?

Juliano Siqueira (um dos líderes, e professor de História na cidade, e com articulações com políticos de esquerda em todo o Brasil); Sérgio Dieb; Rossana Sudário; Rose Sudário; Moisés Domingos; Ivanilton Oliveira; Marluce; Marconi Rocha; Walter Medeiros; Ana Valcácia; Wladir Gomes; Sávio Ximenes; Volonté; Fátima Arruda; Manuel do Vale; Glênio Sá; Giovani; Rizolete Fernandes (que durante algum tempo foi secretária) e eu.

11. Quem iniciou o projeto de formar o grupo, que tipo de pessoa era convidado para integrar o grupo?

O grupo foi se formando a partir de uma tendência nacional, os militantes locais eram poucos, conhecidos desde os tempos de estudante.

12. Como vocês faziam entrar em contato com os ex-presos políticos, os clandestinos, e os partidos políticos que estavam na ilegalidade?

Mantínhamos contato com os presos em Itamaracá. Através de cartas e excursões que alguns companheiros faziam aos presos.

13. Como se deu sua atuação junto ao processo de formação do Comitê pela Anistia no Estado?

Eu era apenas uma “arraia miúda”, “sangue novo”. Participava por ter a convicção de que nunca me envergonharia do meu comportamento individual em relação à ditadura militar. No entanto, eu e o companheiro Ivanilton éramos responsáveis pela divulgação e distribuição dos panfletos redigidos no Comitê. (os panfletos abordavam o tema da anistia e libertação dos presos, a redemocratização o fim da ditadura).

14. Fale um pouco sobre sua vida e de como era viver em Natal no fim dos anos 70 e início da década de 1980.

Natal praticamente não tinha nenhuma diversão para adolescente como eu, limitando-se a acampamentos em praias distantes, bares e principalmente as exibições do Cine Clube Tirol (cinema de arte engajada), que o sindicato dos bancários patrocinava ns manhas do sábado no Cine Rio Grande; depois íamos à praia ou bares e discutíamos os filmes. Festinhas nos clubes de elite de Natal (América, ABC, Aero Clube) eram consideradas reuniões decadentes de uma juventude alienada politicamente.

15. A repressão militar na cidade era atuante?

Principalmente dentro das universidades e repartições publicas, onde existia a figura sinistra da ASI (Assessoria de Segurança e Informações). Na UFRN, a ASI não era muito eficaz por que todos os seus capachos eram “malhados” e conhecidos por toda a militância os isolava assim que os via, com o grito: “Olha o Urubu!”. Convêm lembrar que eram os últimos anos da Ditadura e o Brasil vivia um clima político de “distensão lenta e gradual”, a “abertura” iniciada pelo Ditador Geisel.

16. E as primeiras reuniões dos militantes, como aconteciam?

As primeiras reuniões, clandestinas eram anunciadas boca a boca pelos militantes informando o “ponto” e o horário. Por isso na formação do comitê só havia a presença de companheiros de confiança.

17. Quais os lugares escolhidos e por quê?

Por exemplo, houve diversas reuniões numa calçada da rua por trás da escola Churchill, reuniões numa pequena fábrica de moveis artesanais que se localizava na esquina da Rua Princesa Isabel com a Juvino Barreto. Na garagem da casa das companheiras Rossana e Rose Sudário e, quando já estava próximo da legalização do comitê na sede da OAB, na Rua Junqueira Aires.

18. Geralmente o que se discutia nas reuniões. Qual o objetivo das reuniões?

Discutia-se o quadro nacional do comitê nacional pela anistia (CBA). Mensagens de apoio e solidariedade de outros países de universidades e entidades da anistia internacional além de discussões sobre quais estratégias deveriam ser adotadas localmente. E distribuição de tarefas.

19. Que medidas práticas foram adotadas pelo comitê?

Visita aos presos de Itamaracá, atos públicos, legalização do comitê.

20. Sobre os “infiltrados”. Saberia informar, quais os interesses destes nas reuniões?

Passar informações para os órgãos de repressão. ASI, centro de informação do exercito, marinha e aeronáutica.

21. Como se fazia para evitar a presença dos “infiltrados”?

Não tinha como evitar a presença, pois tinha a prerrogativa de ser uma entidade democrática. Não poderíamos barrar a presença de nenhuma pessoa. Contudo, buscavam-se aceitar apenas as pessoas conhecidas.

22. Quando se descobria a presença deles, quais as medidas tomadas?

Ele era isolado imediatamente, evitava-se discutir todo e qualquer tipo de assunto que eles tentassem abordar, para não se prejudicar junto aos órgãos de repressão.

23. Você lembra-se de algum desses infiltrados?

Apareceu um mulato que se dizia ser advogado. Demonstrando muito interesse pela anistia, com o costume de fazer perguntas comprometedoras. E chegou ao cumulo de lançar-se candidato a presidente do comitê, no que foi rechaçado.

24. A partir de quando e através de quem houve acesso a sede da OAB em Natal para as reuniões?

Foi Juliano Siqueira, que era advogado e conseguiu junto a direção local da OAB. Entidades como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), estavam entre as principais entidades representativas de classe que defendiam na época o retorno à democracia.

25. Lembra-se do Ato de lançamento na Câmara Municipal?

Esteve presente a senhora Terezinha Zerbini, esposa do General caçado pelo golpe Euclides Zerbini. Logo após o ato solene de lançamento na Câmara Municipal fomos comemorar no Bar “Kasarão”, num único automóvel que os militantes do comitê possuíam um fusquinha branco do pai de Ivanilton. Dentro do qual estávamos eu, Ivanilton, Juliano Siqueira, e Terezinha Zerbini.

26. Quais políticos estavam presentes. O comitê teve o apoio geral da Câmara?

A Câmara cedeu muito a contra gosto, pois a maioria dos vereadores eram canalhas que apoiavam a Ditadura e só obtivemos a liberação do salão dos atos graças a intervenção do vereador Erico Hackradt.

27. Tem alguma foto ou documento que possa ceder para o projeto de fim de curso?

Sedo sim, a única foto que tenho. Foto foi do ato na praça padre João Maria.

28. Passados todos esses anos que importância tem na sua vida valores como Liberdade e Democracia?

Os mesmos, que tinha a época, menos os sonhos de participar de uma revolução socialista no Brasil. Por que os tempos são outros, não existe mais a guerra fria. Nem a divisão política do mundo em blocos ideológicos é fato concreto.

29. Que tipo de aprendizado você tem a repassar aos jovens sobre a sua experiência de vida na luta pela Anistia no Rio Grande do Norte?

Que jamais permitam ou participem de movimentos políticos, cujo radicalismo possa levar à supressão das liberdades democráticas, como a minha geração e gerações anteriores à

minha tiveram o dissabor de vivenciar a partir de 1º de abril de 64. Caso venham a presenciar a tentativa ou a instauração de uma ditadura em nossa Pátria, não hesitem em lutar ou até mesmo dar a vida pela normalidade democrática, pois posso lhes assegurar que muitos outros já o fizeram. Anonimamente ou não.

Entrevista com sr. Mery Medeiros. Natal, 01/12/2008.

01. Boa tarde?

Boa tarde.

02. Seu nome completo, por favor?

Mery Medeiros da Silva.

03. Qual sua profissão hoje?

Aposentado. Eu sou militante político, mas é uma atividade digamos meramente desprendida; sou poeta; sou pesquisador social. Em fim eu sou militante da área cultural. Sou combatente dessa área social e política também. Sou membro da executiva do PC do B, da sua direção estadual e também vice-presidente do diretório municipal do PC do B. então atuo nessas duas frentes. Também faço parte do conselho estadual dos direitos humanos e de várias entidades de caráter social dentro da sociedade civil.

04. Qual sua idade no fim dos anos 70?

Em 1970 minha idade era 27 anos. Nascia aos 10 de 1943, numa localidade chamada Rego Mulero, distrito do município de São Gonçalo do Amarante, da chamada grande Natal. Mas foi considerado cidadão natalense, por um decreto Legislativo, proposta na época pelo vereador George Câmara. (hoje vereador eleito novamente).

05. Você foi militante político?

Desde os 16 anos de idade, comecei no antigo Atheneu, comecei nas lutas estudantis ajudando a fazer jornais, teve inclusive um jornal que eu participei chamado “Emancipação”, só saiu uma vez por ser um jornal digamos muito polemico. Houve inclusive várias perseguições nessa época, por que era um jornal que despertava a atenção

dos estudantes e uma certa virulência, no sentido da argumentação e também ajudei a fazer muitos jornais como o Jornal do Estudante, juntamente com o hoje desembargador aposentado Manoel Onofre Júnior. Então, eu ajudei a fazer jornais, ajudei a fundar entidades sindicais. Primeiro começando no movimento estudantil, depois passando para a organização do movimento camponês.

06. Em quais grupos você militou?

Bom, de origem eu participava do PCB, como naquela época não havia a organização que há hoje tem os partidos, ficha de inscrição nos éramos do partido por termos idéias socialistas. Era um agrupamento de jovens, na época eu comecei no PCB fazendo movimentos de massa, ou seja, ajudando a criar sindicatos, na ativação, na agitação, na movimentação, na organização do sistema político. Logo em seguida eu me encantei pelo movimento rural, mesmo no partido eu me engajei no movimento das Ligas Camponesas do Brasil, que era liderado no Nordeste pelo ex-deputado Francisco Julião. A partir daí eu passe a integrar essa frente de luta e construí aqui a fundação das Ligas Camponesas, fundada em 23/09/1963, aqui no Rio Grande do Norte, mas ela teve uma vida curta, por que veio o Golpe Militar, e com o golpe foram sufocadas as liberdades democráticas.

07. Você já foi preso político?

Exatamente, fui preso político. Comecei minha trajetória nos cárceres em 65 (09/1965): sempre em setembro, sempre no final do ano. Fui preso numa cidade chamada Jaboatão, num município chamado Prazeres. O que é que eu fazia nessa época? Eu apesar de estar perseguido e condenado a prisão pela 7ª Região, eu entrei na clandestinidade e comecei a reorganizar o movimento camponês. Eu atuava no interior de Pernambuco e no interior da Paraíba, basicamente em Sapé, Mamanguape e Rio Tinto, que era a região liderada pelo saudoso líder camponês João Pedro Teixeira. Eu não cheguei a conhecê-lo, por que quando eu fui para esta região ele já estava, já tinha sido trucidado, estava desaparecido, mas sua esposa Elizabete continuou a luta e ajudei ela na reorganização das Ligas Camponesas nesse período, que foi a primeira vez que fui preso em 65.

08. Quando foi a última ida aos cárceres da Ditadura?

Fui preso três vezes. Cada prisão ao sair começava a perseguição. Então, primeira, segunda e terceira. A última eu tenho cronologicamente a data foi de 09/69 a 71, eu passei um ano e seis meses preso, era para ficar dois anos. Juntando estes três períodos perfaz um total de 4 anos e 6 meses. Eu imaginava que minha prisão seria de 3 anos e 6 meses, mas quando fiz a contagem com o advogado Osvaldo Monte chegamos a conclusão que eu havia absorvido 1 ano de prisão. Prisões, intercaladas não é?! Geralmente prendia-se e soltava, prendia-se e soltava novamente. Para continuar o regime de opressão, como se fazia naquela época.

09. Você foi torturado? Conhece outros companheiros que também tenham sofrido algum tipo de tortura?

Sim. Conheci vários, na minha época na Casa de Detenção do Recife, primeiro em Jaboatão, depois passei para a Casa de Detenção, passei em alguns quartéis militares. E em Recife eu presenciei várias torturas numa delas, numa delas eu junto com outros companheiros. Um companheiro chamado Cílio de Cavalcante Melo, era presidente do sindicato dos aeroviários de Pernambuco, companheiro Ubiratan Barbosa, que me parece que hoje é juiz de direito, e vários outros companheiros; Luis Serafim dos Santos, João Virgílio da Silva. Todos eles foram torturados. A tortura mais tocante que eu lhe relatei, foi lá no quartel da polícia do exército; que é uma polícia do exército não é? Que é especializada em aprimoramento da força física, pessoas musculosas. E nos colocaram na subsistência do exército, numa câmara frigorífica a vários graus abaixo de zero. E o que é que aconteceu nessa câmara, todo o acervo de alimento do 4ª exército era depositado lá, os bois eram inteiros. Eles eram tratados mais conservados inteiros. Lá eles eram congelados para servirem de alimentos para os soldados do exército. Então é lógico era uma temperatura a vários graus abaixo de zero e ao entrar as pessoas que eram hipertensos, sofriam logo derrames cerebrais; eu era mais jovem nessa época. Quando eu fui preso a primeira vez eu tinha 22 anos. Era o mais novo do grupo do nordeste. O que aconteceu é que o solado do pé começava a se descolar; e eles com medo que eu sofresse um choque cardíaco me tiraram, não cheguei a desmaiar mas outros companheiros desmaiaram forma para o hospital do exército e tinha outras formas. Uma das formas de tortura bárbara, hedionda foram cometidas no quartel de artilharia da Costa de Olinda, quartel a beira do

mar. Lá eles fizeram o estupro de uma jovem que hoje é advogada em Portugal, escritora. Isso ocorreu a nossa frente, perante gritos e todos nos que estávamos atrás das grades, vários artistas, companheiros estudantes. Então era uma forma de intimidar e uma forma bestial de mostrar o poder da força isto ficou marcado em mim e tinham outros: choque elétrico, pau de arara, cadeira do dragão, uma imensidade, então. Em Natal não foi submetido a tortura. Mas no quartel do Batalhão de Caçadores, fui submetido a torturas que eu não esperava mais sair de lá. Por que eu perdi a condição do organismo de funcionar eu tinha desinteria constantemente. Passei 60 dias despídos no chão, com essa desinteria e que eles não permitiam ir ao banheiro. Não podia me alimentar naquela imundice. Além do mais serviam uma comida estragada, carne de charque, comida típica do nordeste, a carne sempre vinha apodrecida. Foi uma forma hedionda. E quem salvou minha vida foi um desertor, um soldado que jogou por debaixo das grades, debaixo da porta de ferro, ele jogou uns pedaços de laranja que eu coloquei dentro de um copo e tomei aquela água amarga, o que amenizou minha condição e salvou minha vida. Agradei pela porta (não tive a oportunidade de conhecê-lo). São essas as torturas que foram redobradas em outros companheiros. Como o caso do companheiro Gregório Bezerra, que me contou pessoalmente, ele foi arrastado nas ruas de Recife, no Bairro Casa Forte, puxado por um carro do exército, teve as costas toda ensangüentadas. Ele foi objeto de denuncia ao próprio general Ditador e ao próprio monsenhor Apostólico do Brasil, Dom Elder Câmara que era Bispo na época de Recife e Olinda.

10. Você recebia visitas, de quem, o que se falava nas visitas?

Bom na Casa de Detenção do Recife, quando eu cheguei lá houve algumas fases de visitas de pessoas ilustres, de artistas da época que tinham concepções progressistas várias vezes; visitas de juristas famosos como Antonio de Lima, visita de Dom Elder Câmara, que era arcebispo de Recife e Olinda que rezou uma missa e dedicou esse litúrgico ato aos presos políticos e denunciou a perversidade da Ditadura; a visita do já falecido governador e constituinte de 1946, Nilo Coelho; tivemos a visita de um grande advogado da época, Raul Luis e Silva irmãos do saudoso jurista Evandro Luis e Silva, que foi defensor de vários presos políticos; e foi especialmente nos visitar para saber de nossas condições carcerárias que nos atravessávamos. Iniciamos, não foi grande como as outras, foi uma pequena greve

de fome, votada por nos e liderada por Gregório Bezerra, que tinha como objetivo melhorar a condições carcerárias. Nós nos alimentávamos junto com os outros presos, mas passamos a pedir alimentação crua para que nos cozinássemos no próprio presídio e nos conseguimos. A greve durou poucos dias, mas tivemos êxito no nosso objetivo. E um advogado norte-rio-grandense, chamado que era do PCB, mas não me recorde do nome. Sempre apareciam jornalistas, do Diário da noite e Jornal do Comércio, até por que tínhamos um preso político de fama internacional, líder comunista de grande envergadura ideológica, uma pessoa extraordinária que eu conheci; tinha ex-deputados. No domingo era visita dos presos comuns; na quinta e sábado a visita dos presos políticos, eu como não tinha familiares em Recife só recebi visita uma vez, da minha mãe e padrasto, pois minha família não tinha recursos; e outra vez de ex-presos políticos que foram a uma audiência na 7ª Região Militar. Então as ajudas vinham de pessoas simpatizantes, de líderes estudantis, de diretórios, de grêmios, de federações dos trabalhadores da agricultura de Pernambuco. E nos tínhamos lá m sistema interessante que poucas pessoas tem o conhecimento. Nas prisões políticas, e isso é tradição comunista, os presos políticos organizavam uma espécie de: para juntar as colaborações de alimentos, cigarros. A palavra é coletivo de preso político. Tinham em todo o Brasil, na Ilha Grande, em Itamaracá, então nos organizamos o coletivo que é uma tradição política de esquerda. Para juntar as contribuições das famílias que tinham um maior poder aquisitivo e dividir com quem não tinha ou tinha pouco – administrar, dar auxílio aos demais presos políticos. Ajudar eu, João Virgílio, o camponês famoso no Brasil inteiro Julio Santana da Silva, que morreu na prisão. Era um órgão de administração dos recursos, eu fui o dirigente do coletivo durante todo o período que estive preso, por ter mais paciência, por ser mais jovem, para administrar os alimentos, as coisas que entravam; doações cigarros, que os fumávamos muito. Tinha uma pequena cooperativa, era o instrumento de politização. A gente ensinava a repartir, a praticar o verdadeiro socialismo.

11. Como os militantes ajudavam os presos políticos?

Ajudava através de remessas, através dos familiares, dos presos políticos. Eu mesmo recebi muitas doações de pessoas amigas da minha família que enviava doações por meus parentes. Amigos de minha família que morava em Recife passaram a me visitar, jovens

ligados a igreja começavam a nos visitar e a minha principalmente. Os jovens da igreja começaram a achar interessante aquela organização e passaram a doar panelas, gêneros alimentícios, cigarros, objetos de uso pessoal. Uma questão de solidariedade, humanismo, agente procurava administrar tudo isso, levar para quem não tinha ou tinha pouco para sobreviver, era uma forma do socialismo na prática.

12. De que maneira vocês recebiam informações do mundo fora das prisões?

Através das visitas nos tínhamos visitas, no período duro não. Quando havia alteração no país não, por exemplo, a renúncia de Jânio Quadros nos sofremos um boicote, por que eles nos isolaram durante aquele período. E era impedido entrar livros e publicações, mas quando a situação melhorava. Por que o Brasil é um país cheio de situações de golpes de repressão, qualquer coisa que acontece você suspende, quando melhorava agente recebia cartas, revistas, jornais. Lógico que estas revistas, devido a administração do presídio nossa documentação era toda violada pela censura. Nossa greve de fome também protestando contra o nosso direito de privacidade.

13. A câmera esta ligada para o depoente sr. Mery Medeiros fazer suas considerações finais.

Eu quero apenas dizer que eu hoje me sinto no período mais rico da minha vida. Primeiro por que nos vivemos apesar de revezes, críticas censuras, nos vivemos um momento rico no Brasil. Uma abertura plena e democrática em suas funções e organizações sociais. Então eu me sinto hoje na plenitude de falar, dizer até pra dizer, que não se repetir o que houve no Brasil, a Revolta da Chibata, o sufoco da luta de 35, para que os movimentos libertários possam crescer, Reforma Agrária se conclua, e a participação popular aumente. Estou muito satisfeito em viver hoje, apesar de velho, em plenas faculdades mentais perfeitas e com a memória até certo ponto prodigiosa de falar e repetir essa historia com a maior fidelidade. Eu acho que a historia não é a omissão dos fatos, a historia já disseram vários historiadores é o registro dos fatos. Registra os fatos mesmo que eles não satisfaçam os nossos anseios e nem a nossa visão de mundo vamos dizer assim. E a juventude vive hoje um momento impar, a pesar de não ser bem compreendida, esse momento que nos vivemos. Não se pode defender o presente sem conhecer o passado. Então eu vivo hoje e trabalho

com a maior satisfação nessa área de pesquisa de direitos humanos, de ajuda a compreensão da história brasileira, hoje eu me dedico, eu sinto muito não ter curso superior, não estar dentro da universidade, mas mesmo fora da universidade eu tenho contribuído, para a discussão da preservação da memória histórica, essa é minha satisfação, é ajudar você Rodrigo outros jovens que eu já tenho colaborado. De ver o interesse da juventude o passado da nossa pátria, uma história tão rica de fatos, tão grandiosa para transmitir para os outros. A história, a cultura não deve servir para ser armazenada por nós, ela é para ser repartida com os outros. É como Paulo Freire fazia é democratizar a cultura e o ensino para que sirvam para as gerações futuras. É essa a satisfação que eu estorno neste momento histórico. E se eu puder viver mais algum tempo, minha vida é para isso, para ensinar, para divulgar, para escrever, para firmar o pensamento modesto, não é o pensamento brilhante. É o pensamento de quem viveu um período negro da história do Brasil, e de quem procura ajudar, na medida do possível a construção do país.



www.dhnet.org.br